DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, quarta - feira, 30 de junho de 1976 — ANO I - Nº. 10

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 3.292 DE 29 DE junho DE 1976

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 7º da Lei nº 6 280, de 09 de dezembro de 1 975, combinado com o Art. 41, Item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964, tendo em vista o que consta no processo nº 013 774/76.

D E C R E T A :

Art. 1 º Fica aberto à Secretaria de Administração, o crédito suplementar no valor de Cr$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros..... 660.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior, será financiado nos termos do Art. 43 § 1º, Item III da Lei nº 4 320 de 17 de março de 1 964, pela anulação parcial, em igual valor, da seguinte dotação orçamentária da Secretaria do Governo:

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.6.0 - Reserva de Contingência..... 660.000,00

Art. 3º - O valor de que trata o presente Decreto integrará a Função 03 - Administração e Planejamento, Programa 07 - Administração, Subprograma 021 - Administração Geral, Atividade 2 036 - Manutenção das Atividades da Divisão de Divulgação e será deduzido da Atividade 9 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 29 de junho de 1 976
88º da República e 17º de Brasília.

ÉLMO SEREJO FARIAS
IVAN GUAÑAZS DE OLIVEIRA
ANDRÉ REYNALDO GUIMARÃES BASTOS

Secretaria de Administração

DECRETO DE 02 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo n° 70.676/75,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, ONOFRE VITORIANO, do cargo de Pedreiro, nível 9—B, matrícula n° 16.394, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 02 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 70 676/75
INTERESSADO: ONOFRE VITORIANO — Mat. 16 394 SVO
ASSUNTO: EXONERAÇÃO
Senhor Governador:
Trata-se de pedido de exoneração do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal formulado pelo funcionário ONOFRE VITORIANO, Pedreiro, nível 9-B, matrícula n° 16.394.
O requerente faltou indevidamente ao serviço por tempo superior ao permitido em Lei.
Todavia, por medida de economia processual, proponho a Vossa Excelência seja concedida a exoneração, a pedido.
Brasília, 24 de maio de 1976
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
DE ACORDO. Lavre-se o ato.
Brasília, 02 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

SECRETARIA DO GOVERNO

COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE JUNHO DE 1976

O ADMINISTRADOR da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, no uso da delegação de competência estabelecida na alínea "a", Inciso II do Artigo 1°. do Decreto n°. 2.755 , de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:
DETERMINAR a prestação de serviços extraordinários em caráter especial, previstos no Artigo 5°. do Decreto "N" n°. 618, de 12 de junho de 1967, ao servidor HÉLIO VIEIRA BORGES, Eletricista Enrolador, nível 10, matrícula n°. 14.764, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, lotado nesta Administração da Secretaria do Governo do Distrito Federal, a partir da data da publicação desta até 31/12/76, na base de 50% e no valor de Cr$ 260,00 (duzentos e sessenta cruzeiros).
Brasília, 18 de junho de 1976
JOÃO DUARTE MOREIRA
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE JUNHO DE 1976

O ADMINISTRADOR da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, no uso da delegação de competência estabelecida na alínea "a", Inciso II do Artigo 1°. do Decreto n°. 2.755, de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:

DETERMINAR a prestação de serviços extraordinários em caráter especial, previstos no Artigo 5°. do Decreto "N" n°. 618, de 12 de junho de 1967, ao servidor FÁBIO LUCIO PIRES, Mecânico de Motor a Combustão, nível 10, matrícula n°. 15.566, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, lotado nesta Administração da Secretaria do Governo do Distrito Federal, a partir da publicação desta até 31.12.76, na base de 50% e no valor de Cr$ 260,00 (duzentos e sessenta cruzeiros).

Brasília, 18 de junho de 1976

JOÃO DUARTE MOREIRA
Administrador

ASSINATURAS

- As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.

- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL

do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal. Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 6° andar

Telefones: Direto 25-7803- PABX 25-6830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Semestre ..... Cr$ 70,00
Ano ..... Cr$ 140,00

FUNCIONÁRIOS

Semestre ..... Cr$ 55,00
Ano ..... Cr$ 110,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 60,00 anuais.

NÚMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

HORÁRIO DA REDAÇÃO

A redação funciona, para atendimento do público, de 08:00 as 15:00 horas sem interrupção.

Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel tamanho ofício, em espaço dois, sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se, em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nítida em côr preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal

— (Decreto N°. 3.282 de 15-06-76) —

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO N°. 011/76—RA—V, DE 11 DE JUNHO DE 1976

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o ítem IV, do artigo 22, do Regimento da Administração Regional de Sobradinho, aprovado pelo Decreto n°. 2.283, de 12 de junho de 1973, tendo em vista o disposto no inciso II, parágrafo 3°., artigo 29 do Decreto n°. 3.097, de 22 de dezembro de 1975,

RESOLVE:
Designar o Arquiteto LUIZ FRANCISCO PRATES LAFETÁ, Diretor da Divisão de Obras, MOACIR SEVERINO CARLOS, Diretor da Divisão de Administração Geral e GERALDO ROBERTO, Chefe da Seção Financeira, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão encarregada de promover a licitação de preços para implantação de calçadas na Cidade Satélite de Sobradinho.
Sobradinho, 11 de junho de 1976
FERNANDO CORASSA

ORDEM DE SERVIÇO N°. 12/76—RA—V, DE 14 DE JUNHO DE 1976

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o ítem IV, do artigo 22, do Regimento da Administração Regional de Sobradinho, aprovado pelo Decreto n°. 2.283, de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o disposto no artigo 12 do Decreto n°. 3097/75,

RESOLVE:

Designar LUIZ FRANCISCO PRATES LAFETÁ, Diretor da Divisão de Obras, da Administração Regional de Sobradinho, para Executor do ajuste firmado entre a Administração Regional de Sobradinho e a firma CACIL - Reflorestamento e Construções Ltda, para construção de uma Praça Recreativa na Quadra 14 da Cidade Satélite de Sobradinho
Sobradinho, 14 de junho de 1976
FERNANDO CORASSA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ATOS DO ADMINISTRADOR

PROCESSO N°.: 201557/76
INTERESSADO: AGOSTINHO DIAS MACHADO
ASSUNTO: Realização de despesa e dispensa de licitação no valor de Cr$ 700,00 (SETECENTOS CRUZEIROS), para recuperação de um macaco "jacaré", tombamento n°. 29.169-GDF.
DESPACHO: No uso de competência delegada pelo item I, do artigo 29, parágrafo 3°., incisos I e II, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, estabelecidas pelo Decreto n°. 3.097, de 22 de dezembro de 1975 e pelo inciso I, do artigo 1°., do Decreto n°. 2.755, de 25 de outubro de 1974, combinado com o disposto na alínea "c", inciso II, do artigo 3°., do Decreto n°. 1.703, de 31 de maio de 1971, autorizo a realização da despesa, dispenso a licitação e determino a emissão de empenho no valor de Cr$ 700,00 (SETECENTOS CRUZEIROS), a favor de Agostinho Dias Machado, proprietário da firma Pirenópolis Veículos, sediada em Taguatinga-D.F., para custear as despesas com a recuperação de um macaco "jacaré", tombamento n°. 29.169-GDF, desta Administração Regional.

A DAG, para dar sequência ao processamento com vistas à efetivação da despesa.

PLANALTINA, DF., 27 DE MAIO DE 1976

WALFREDO DE FREITAS

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1976

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso da delegação de competência estabelecida no inciso III do Artigo 1°. do Decreto n°. 2.755, de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:
Designar nos termos da alínea "a" do Artigo 21, do Decreto n°. 2.951, de 22 de julho de 1975, o servidor NIVALDO PEREIRA DOS SANTOS, Operador de Máquinas Pesadas, nível 12—B, matrícula n°. 16.291, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituto do Chefe da Seção de Transportes, símbolo FC—08, da Divisão de Administração Geral, desta Administração, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, no período de 05.07.76 a 03.08.76, po motivo de férias do titular.
PLANALTINA, DF., 22 de junho de 1976
WALFREDO DE FREITAS

ORDEM DE SERVIÇO N° 36/76-RA-VI, DE 09 DE JUNHO DE 1976
O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no exercício das atribuições que lhe confere o Art. 21, item IV, do Regimento desta Administração Regional e tendo em vista o disposto no inciso I, Parágrafo 1° do Art. 12° das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto n° 3.097, de 22 de dezembro de 1975.

RESOLVE:

1° - TORNAR sem efeito a Ordem de Serviço de n° 01/76—RA VI, que designou o Arquiteto ALCEU CAMPOS DA PAZ, para Executor do Convênio celebrado em 14.04.75, entre o Distrito Federal, e a NOVACAP e alterado pelo Termo de Aditamento feito em 31.12.75.
2° - DESIGNAR o Engenheiro Civil LUIZ CARLOS JACOB, Diretor da Divisão de Obras, para Executor, dos referidos Ajustes, conferindo-lhe as atribuições de supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, objeto dos mesmos.
Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.
PLANALTINA, DF, 09 DE JUNHO DE 1976
WALFREDO DE FREITAS

ORDEM DE SERVIÇO N° 37/76—RA, VI DE 15 DE JUNHO DE 1976
O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no exercício das atribuições que lhe confere o Art. 21, item IV, do Regimento desta Administração Regional,

RESOLVE:

Expedir a presente Ordem de Serviço pela qual fica a firma EMOSA—Engenharia Melman Osório S.A, autorizada a dar início à construção de 01 (um) Escola Atípica e ampliação, de 01 (um) Centro de Ensino e de 01 (um) Escola Classe, em Planaltina, DF, para a Secretaria de Educação e Cultura, de conformidade com o Edital de Tomada de Preços n° 01/76—CL/RA VI e seus anexos I e II, caderno de encargos, projetos, especificações, cronograma físico-financeiro, e proposta da empreiteira, obras objeto do contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma supra citada, em 02 de junho de 1976 e publicado no "Distrito Federal" n° 89, de 15.06.76, páginas 27 e 28. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data do seu recebimento pela firma empreiteira.
NHO DE 1976
WALFREDO DE FREITAS

ORDEM DE SERVIÇO N°. 38/76—RA—VI, DE 15 DE JUNHO DE 1976

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no exercício das atribuições que lhe confere o Art. 21, ítem IV, do Regimento desta Administração Regional e tendo em vista o disposto no Inciso I, Parágrafo 1°., do Art. 12, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, estabelecidas pelo Decreto n°. 3097, de 22 de dezembro de 1975,

RESOLVE:
DESIGNAR o Engenheiro LUIS CARLOS JACOB, Diretor da Divisão de Obras, desta AR, para Executor do Contrato celebrado em 02.06.76, entre o "Distrito Federal" e a firma EMOSA—Engenharia Melman Osório S.A., cabendo-lhe as atribuições de acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução das obras contratadas.
Esta Ordem de Serviço entra em vigor na presente data.

PLANALTINA, DF., 15 de junho de 1976
WALFREDO DE FREITAS

ORDEM DE SERVIÇO N°. 39/76—RA—VI, DE 16 DE JUNHO DE 1976

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, do Artigo 21, do Regimento da Administração Regional de PLanaltina, aprovado pelo Decreto n°. 2.285, de 12 de junho de 1973 e nos termos do Artigo 52 do Decreto n°. 1.703, de 31 de maio de 1971,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores IVANIR BATISTA, Assessor do Administrador, LUIS CARLOS JACOB, Diretor da Divisão de Obras, SONIA MARIA BRANDÃO SIQUEIRA, Assistente Técnica e VALDIR DE CASTRO, Diretor da Divisão de Administração Geral, para, sob a presidência do primeiro, constituirem a Comissão incumbida de proceder à Licitação, mediante Convite, objeto do processo n°. 201654/76—RA—VI, para recuperação da Escola Classe n°. 04, situada na Entre-Quadra 3/4-SRL, desta cidade, para a Fundação Educacional do Distrito Federal.
Esta Ordem de Serviço entra em vigor na presente data.
PLANALTINA, DF., 16 de junho de 1976
WALFREDO DE FREITAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

ATA DA DUCENTESIMA VIGESIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75—SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos oito dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às dez horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima vigésima reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERRREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) processos referentes ao ano de 1966, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 22 (vinte e dois) processos: considerar passíveis de microfilmagem 48 (quarenta e oito) processos: considerar passíveis de eliminação 415 (quatrocentos e quinze) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

PRESIDENTE: NELSON GRADIL CARDOSO; SECRETÁRIO: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; MEMBROS: JOSÉ TOMAZ; MASSILON FERREIRA DOS SANTOS; RODOLPHO LOBATO PEREIRA

ATA DA DUCENTESIMA VIGESIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE E ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75-SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos oito dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima vigésima primeira reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSE TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 461 (quatrocentos e sessenta e um)) processos referentes aos anos de 1962/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 7 (sete) processos: considerar passíveis de microfilmagem 58 (cinquenta e oito) processos; considerar passíveis de eliminação 396 (trezentos e noventa e seis) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

PRESIDENTE: NELSON GRADIL CARDOSO; SECRETÁRIO: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; MEMBROS: JOSÉ TOMAZ; MASSILON FERREIRA DOS SANTOS; RODOLPHO LOBATO PEREIRA

ATA DA DUCENTESIMA VIGESIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75—SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos oito dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima vigésima segunda reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSE TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) processos referentes aos anos de 1966 e 1967, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 25 (vinte e cinco) processos: considerar passíveis de microfilmagem 63 (sessenta e três) processos: considerar passíveis de eliminação 376 (trezentos e setenta e seis) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

PRESIDENTE: NELSON GRADIL CARDOSO; SECRETÁRIO: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; MEMBROS: JOSÉ TOMAZ; MASSILON FERREIRA DOS SANTOS; RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTESIMA VIGESIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75—SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos nove dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima vigésima terceira reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros, JOSE TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS, E RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 496 (quatrocentos e noventa e seis) processos referentes aos anos de 1965/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 17 (dezessete) processos; considerar passíveis de microfilmagem 41 (quarenta e um) processos; considerar passíveis de eliminação 438 (quatrocentos e trinta e oito) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

PRESIDENTE: NELSON GRADIL CARDOSO; SECRETÁRIO: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; MEMBROS: JOSÉ TOMAZ; MASSILON FERREIRA DOS SANTOS; RODOLPHO LOBATO PEREIRA

ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75—SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos nove dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às dez horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima vigésima quarta reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) processos referentes aos anos de 1965/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 5 (cinco) processos; considerar passíveis de microfilmagem 37 (trinta e sete) processos; considerar passíveis de eliminação 414 (quatrocentos e quatorze) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente: NELSON GRADIL CARDOSO; Secretário: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; Membros: JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75—SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos nove dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima vigésima quinta reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 462 (quatrocentos e sessenta e dois) processos referentes aos anos de 1964/67, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de microfilmagem 68 (sessenta e oito) processos; considerar passíveis de eliminação 394 (trezentos e noventa e quatro) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente: NELSON GRADIL CARDOSO; Secretário: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO: Membros; JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75—SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos nove dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima vigésima sexta reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) processos referente ao ano de 1966, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 3 (três) processos; considerar passíveis demicrofilmagem 71 (setenta e um) processos; considerar passíveis de eliminação 384 (trezentos e oitenta e quatro) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

PRESIDENTE: NELSON GRADIL CARDOSO; SECRETÁRIO: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; MEMBROS: JOSÉ TOMAZ; MASSILON FERREIRA DOS SANTOS; RODOLFHO LOBATO PEREIRA

ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75—SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos dez dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a ducentésima vigésima sétima reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) processos referentes aos anos de 1964/66, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 8 (oito) processos; considerar passíveis de microfilmagem 37 (trinta e sete) processos; considerar passíveis de eliminação 414 (quatrocentos e quatorze) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente: NELSON GRADIL CARDOSO; Secretário: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; Membros;: JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75 — SEA, DE 09/04/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos dez dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às dez horas,

na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou - se a ducentésima vigésima oitava reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a exist. de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) processos referente ao ano de 1966, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 5 (cinco) processos; considerar passíveis de microfilmagem 40 (quarenta) processos; considerar passíveis de eliminação 411 (quatrocentos e onze) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

PRESIDENTE: NELSON GRADIL CARDOSO; SECRETÁRIO: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; MEMBROS: JOSÉ TOMAZ; MASSILON FERREIRA DOS SANTOS; RODOLFHO LOBATO PEREIRA

ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA NONA REUNIAO DA COMISSAO DE ELIMINAÇAO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75 — SEA, de 09.04.75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO.

Aos Dez dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou - se a DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA NONA reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do Senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os Senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) processos referentes aos anos de 1966/67, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 06 (seis) processos; considerar passíveis de microfilmagem 41 (quarenta e um) processos; considerar passíveis de eliminação 397 (trezentos e noventa e sete) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

PRESIDENTE: NELSON GRADIL CARDOSO; SECRETÁRIO: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; MEMBROS: JOSÉ TOMAZ; MASSILON FERREIRA DOS SANTOS; RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75-SEA, DE 09.04.75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos dez dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, as dezesseis horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do Senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os Senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 453 (quatrocentos e cinquenta e três) processos referentes aos anos de 1963/67 cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 08 (oito) processos; considerar passíveis de microfilmagem 33 (trinta e três) processos; considerar passíveis de eliminaçao 412 (quatrocentos e doze) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
NELSON GRADIL CARDOSO - Presidente
VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO - Secretário
JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA - Membros

ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75-SEA, DE 09.04.75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos onze dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA PRIMEIRA reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do Senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os Senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados, 471 (quatrocentos e setenta e um) processos; referentes aos anos de 1966 a 1968 cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 15 (quinze) processos; considerar passíveis de microfilmagem 82 (oitenta e dois) processos; considerar passíveis de eliminação 374 (trezentos e setenta e quatro) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
NELSON GRADIL CARDOSO - Presidente
VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO- Secretário
JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA - Membros

ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75—SEA, DE 09.04.75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos onze dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às dez horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do Senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os Senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 441 (quatrocentos e quarenta e um) processos referentes aos anos de 1966/77, cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 37 (trinta e sete) processos: considerar passíveis de microfilmagem 74 (setenta e quatro) processos; considerar passíveis de eliminação 330 (trezentos e trinta) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO Secretário, lavrei a presente Ata a respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

PRESIDENTE: NELSON GRADIL CARDOSO; SECRETÁRIO: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; MEMBROS: JOSÉ TOMAZ; MASSILON FERREIRA DOS SANTOS: RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75—SEA, DE 09.04.75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos onze dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do Senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os Senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA, Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 466 (quatrocentos e sessenta e seis) processos referentes aos anos de 1965/66 cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 07 (sete) processos: considerar passíveis de microfilmagem 95 (noventa e cinco) processos, considerar passíveis de eliminação 364 (trezentos e sessenta e quatro) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada, a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

PRESIDENTE: NELSON GRADIL CARDOSO; SECRETÁRIO: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; MEMBROS: JOSÉ TOMAZ; MASSILON FERREIRA DOS SANTOS; RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75—SEA, DE 09.04.75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos quatorze dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às oito horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradouras, realizou-se a DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUARTA reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do Senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os Senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 476 (quatrocentos e setenta e seis) processos, referentes aos anos de 1964/66 cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 30 (trinta) processos; considerar passíveis de microfilmagem 124 (cento e vinte e quatro) processos; considerar passíveis de eliminação 322, processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.

Presidente: NELSON GRADIL CARDOSO; Secretário: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; Membros: JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75—SEA, DE 09.04.75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos quatorze dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às dez horas na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUINTA reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do Senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os Senhores Membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 473 (quatrocentos e setenta e três) processos referentes aos anos de 1963/66 cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 30 (trinta) processos; considerar passíveis de microfilmagem 84 (oitenta e quatro) processos; considerar passíveis de eliminação 359 processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lida e achada conforme vão por todos assinadas.

Presidente: NELSON GRADIL CARDOSO; Secretário: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; Membros; JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 153/75—SEA, DE 09.04.75, DO SENHOR SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos quatorze dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas, na sala de reunião, sita à Sobre Loja do Edifício Seguradoras, realizou-se a DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEXTA reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do Senhor NELSON GRADIL CARDOSO, presentes os Senhores membros JOSÉ TOMAZ, MASSILON FERREIRA DOS SANTOS e RODOLPHO LOBATO PEREIRA. Após Constatar a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação, sem emendas, da Ata da reunião anterior. Na ordem do dia foram examinados e julgados 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) processo referentes aos anos de 1965/67 cuja Súmula respectiva, é a seguir relatada: considerar passíveis de guarda 33 (trinta e três) processos; considerar passíveis de microfilmagem 78 (setenta e oito) processos; considerar passíveis de eliminação 348 (trezentos e quarenta e oito) processos. Nada mais constando da pauta, foi encerrada a reunião, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei a presente Ata e respectiva Súmula, que lidas e achadas conforme vão por todos assinadas.
PRESIDENTE: NELSON GRADIL CARDOSO; SECRETARIO: VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO; MEMBROS: JOSÉ TOMAZ; MASSILON FERREIRA DOS SANTOS; RODOLPHO LOBATO PEREIRA.

PROCURADORIA GERAL

Julho/76			
05	Dodge Dart	REP. 014	
12	Volkswagen Sedan	VF 22.61	
16	Volkswagen Kombi	VF 24.01	
22	Volkswagen Kombi	VF 45.22	
Agosto/76			
06	Chevrolet Opala	OF 06.81	
12	Volkswagen Kombi	VF 45.23	
19	Chevrolet Opala	OF 64.65	
25	Volkswagen Kombi	VF 45.24	
31	Chevrolet Opala	OF 64.66	
Setembro/76			
06	Volkswagen Kombi	VF 45.25	
13	Chevrolet Opala	OF 64.67	
17	Volkswagen Kombi	VF 45.27	
22	Chevrolet Opala	OF 64.68	
27	Chevrolet Opala	OF 64.69	

SECRETARIA DO GOVERNO

Julho/76			
01	Volkswagen Kombi	VF 23.66	
07	Dodge Dart	REP. 004	
14	Volkswagen Sedan	VF 31.44	
20	Volkswagen Sedan	VF 31.49	
28	Volkswagen Kombi	VF 31.51	
29	Volkswagen Sedan	VF 36.77	
Agosto/76			
02	Volkswagen Sedan	VF 36.94	
04	Volkswagen Kombi	VF 37.98	
09	Volkswagen Sedan	VF 48.10	
12	Volkswagen Sedan	VF 48.12	
17	Volkswagen Sedan	VF 48.14	
23	Volkswagen Sedan	VF 48.13	
26	Chevrolet Opala	OF 48.84	
Setembro/76			
01	Volkswagen Sedan	VF 55.78	
06	Volkswagen Sedan	VF 55.79	
10	Volkswagen Sedan	VF 55.81	
15	Volkswagen Kombi	VF 55.84	
20	Volkswagen Kombi	VF 55.85	
23	Volkswagen Kombi	VF 55.86	
28	Volkswagen Kombi	VF 55.87	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Julho/76			
02	Volkswagen Kombi	VF 12.88	
06	Volkswagen Kombi	VF 23.03	
08	Volkswagen Kombi	VF 22.24	
12	Volkswagen Kombi	VF 22.71	
14	Chevrolet C.14	CA 03.62	
16	Dodge Dart	REP. 005	
20	Ford F.350	CM 03.02	
22	Volkswagen Kombi	VF 23.37	
23	Volkswagen Kombi	VF 09.33	
27	Volkswagen Kombi	VF 09.34	
29	Volkswagen Kombi	VF 06.75	
30	Volkswagen Sedan	VF 13.44	
Agosto/76			
02	Volkswagen Sedan	VF 28.45	
04	Volkswagen Sedan	VF 28.62	
06	Volkswagen Kombi	VF 03.46	
11	Volkswagen Kombi	VF 03.47	
13	Volkswagen Kombi	VF 03.48	
17	Chevrolet Opala	OF 06.66	
19	Volkswagen Sedan	VF 06.99	
23	Volkswagen Sedan	VF 37.12	
25	Volkswagen Sedan	VF 42.74	
27	Volkswagen Sedan	VF 43.35	
31	Chevrolet Opala	OF 46.45	
Setembro/76			
01	Volkswagen Sedan	VF 44.52	
03	Volkswagen Kombi	VF 44.57	
08	Volkswagen Sedan	VF 57.89	
10	Volkswagen Sedan	VF 51.96	
14	Volkswagen Sedan	VF 51.93	
16	Volkswagen Sedan	VF 51.95	
20	Volkswagen Sedan	VF 51.94	
22	Volkswagen Sedan	VF 12.38	
24	Volkswagen Kombi	VF 39.86	
28	Volkswagen Sedan	VF 31.59	
30	Volkswagen Sedan	VF 00.53	
Julho/76			
02	Ford F.350	CM 02.66	
06	Ford F.350	CM 03.01	
09	Ford F.600	CM 03.44	
13	Dodge D.400	CM 03.65	
16	Dodge D.700	CM 36.62	
21	Dodge D.700	CA 04.07	
23	Volkswagen Sedan	VF 44.56	
28	Ford F.350	CM 03.16	
Agosto/76			
03	Dodge Dart	VF 04.32	Res
06	Galaxie	VF 27.11	Res
12	Dodge Dart	VF 66.96	Res
17	Dodge Dart	VF 67.00	RES
19	Chevrolet Opala	VF 29.43	Res
23	Dodge Dart	VF 67.16	Res
26	Dodge Dart	VF 71.43	Res
Setembro/76			
02	Dodge Dart	VF 60.80	Res
06	Chevrolet Opala	VF 05.92	Res
10	Willys Aero	VF 27.22	
16	Volkswagen Kombi	VF 23.14	
20	Volkswagen Kombi	VF 24.68	
23	Volkswagen Kombi	VF 28.69	
28	Volkswagen Kombi	VF 24.26	

SECRETARIA DE FINANÇAS

Julho/76			
01	Ford F.350	CM 04.48	
05	Volkswagen Sedan	VF 20.34	
06	Volkswagen Sedan	VF 17.01	
07	Volkswagen Sedan	VF 17.82	
08	Volkswagen Sedan	VF 18.45	
12	Volkswagen Sedan	VF 18.60	
13	Volkswagen Sedan	VF 14.49	
14	Volkswagen Sedan	VF 12.45	
15	Volkswagen Sedan	VF 12.44	
19	Volkswagen Sedan	VF 11.10	
20	Volkswagen Sedan	VF 18.46	
21	Volkswagen Sedan	VF 17.86	
22	Volkswagen Sedan	VF 00.50	
26	Volkswagen Sedan	VF 00.51	
27	Volkswagen Sedan	VF 00.52	
28	Volkswagen Sedan	VF 00.54	
29	Volkswagen Sedan	VF 00.55	
Agosto/76			
02	Volkswagen Sedan	VF 00.56	
03	Volkswagen Sedan	VF 00.63	
04	Volkswagen Sedan	VF 00.64	
05	Volkswagen Sedan	VF 00.68	
09	Volkswagen Sedan	VF 00.69	
10	Volkswagen Sedan	VF 00.70	
11	Volkswagen Sedan	VF 00.73	
12	Volkswagen Kombi	VF 00.76	
16	Volkswagen Kombi	VF 00.88	
17	Volkswagen Sedan	VF 00.91	
18	Volkswagen Sedan	VF 00.92	
19	Volkswagen Kombi	VF 00.93	
23	Volkswagen Sedan	VF 11.11	
24	Volkswagen Sedan	VF 28.47	
25	Volkswagen Sedan	VF 28.49	
26	Volkswagen Kombi	VF 28.64	
27	Volkswagen Kombi	VF 28.65	
31	Volkswagen Kombi	VF 28.67	
Setembro/76			
01	Volkswagen Kombi	VF 28.70	
02	Volkswagen Kombi	VF 28.71	
06	Ford F.350	CM 04.00	
08	Dodge Dart	REP. 006	
09	Chevrolet Opala	OF 58.13	
13	Volkswagen Sedan	VF 62.60	
14	Volkswagen Sedan	VF 65.63	
15	Volkswagen Sedan	VF 65.65	
16	Volkswagen Sedan	VF 65.66	
20	Volkswagen Sedan	VF 65.68	
21	Volkswagen Sedan	VF 65.67	
22	Volkswagen Kombi	VF 65.73	
23	Volkswagen Sedan	VF 65.64	
24	Volkswagen Sedan	VF 65.61	
27	Chevrolet Camioneta	CA 05.71	
28	Chevrolet Camioneta	CA 05.74	
29	Chevrolet Camioneta	CA 05.76	
30	Volkswagen Sedan	VF 00.57	
30	Chevrolet Pick.Up	CA 05.72	

SECRETARIA DE SAÚDE

Julho/76			
02	Dodge Dart	REP. 008	
07	Volkswagen Kombi	VF 29.34	
09	Willys Pick. Up	CA 00.11	
13	Volkswagen Kombi	VF 04.14	
16	Willys Pick.Up	CA 00.12	
20	Volkswagen Kombi	VF 04.15	
23	Volkswagen Kombi	VF 02.24	
27	Chevrolet Opala	VF 06.43	
29	Volkswagen Kombi	VF 03.60	
Agosto/76			
03	Volkswagen Kombi	VF 46.73	
06	Chevrolet Opala	VF 41.86	
10	Volkswagen Kombi	VF 44.55	
13	Volkswagen Sedan	VF 44.51	
17	Volkswagen Kombi	VF 46.72	
20	Volkswagen Kombi	VF 48.85	
24	Volkswagen Kombi	VF 48.86	
27	Volkswagen Kombi	VF 48.87	
31	Ford Pick.Up	CA 05.14	
Setembro/76			
03	Ford Pick.Up	CA 05.15	
08	Willys Rural	VF 52.66	
10	Volkswagen Sedan	VF 65.69	
14	Volkswagen Kombi	VF 68.45	
17	Volkswagen Kombi	VF 69.77	
21	Volkswagen Sedan	VF 69.76	
24	Volkswagen Sedan	VF 71.47	
30	Volkswagen Kombi	VF 29.39	

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

Julho/76			
01	Volkswagen Kombi	VF 23.28	
05	Chevrolet Caminhão	CM 03.76	
06	Volkswagen Sedan	VF 23.43	
07	Volkswagen Sedan	VF 31.41	
09	Volkswagen Kombi	VF 29.16	
12	Willys Pick.Up	CA 00.23	
13	Volkswagen Sedan	VF 11.87	
14	Volkswagen Sedan	VF 12.23	
16	Chevrolet Pick.Up	CA 00.41	
19	Chevrolet Pick.Up	CA 00.59	
20	Chevrolet Pick.Up	CA 00.33	
21	Ford F.100	CA 00.44	
23	Volkswagen Sedan	VF 09.08	
26	Volkswagen Sedan	VF 09.45	
27	Volkswagen Sedan	VF 11.99	
28	Volkswagen Sedan	VF 09.19	
30	Volkswagen Sedan	VF 06.71	
Agosto/76			
02	Volkswagen Sedan	VF 13.88	
03	Volkswagen Sedan	VF 22.30	
04	Volkswagen Sedan	VF 09.22	
06	Volkswagen Sedan	VF 29.61	
09	Volkswagen Sedan	VF 13.86	
10	Volkswagen Sedan	VF 11.93	
11	Volkswagen Sedan	VF 08.90	
13	Volkswagen Sedan	VF 11.96	
16	Volkswagen Sedan	VF 09.23	
17	Volkswagen Sedan	VF 13.87	
18	Volkswagen Sedan	VF 12.96	
20	Volkswagen Sedan	VF 26.84	
23	Volkswagen Sedan	VF 22.38	
24	Volkswagen Kombi	VF 37.19	
25	Volkswagen Kombi	VF 11.85	
26	Dodge Dart	REP. 012	
30	Chevrolet Camioneta	CA 02.57	
31	Volkswagen Sedan	VF 18.53	
Setembro/76			
01	Volkswagen-Kombi	VF 22.13	
02	Chevrolet Perua	VF 00.94	
06	Willys Pick.Up	CA 02.50	
08	Volkswagen Sedan	VF 29.12	
09	Volkswagen Sedan	VF 31.50	
10	Volkswagen Sedan	VF 31.52	
13	Volkswagen Sedan	VF 31.56	
14	Chevrolet Opala	OF 06.79	
15	Volkswagen Sedan	VF 36.84	
17	Volkswagen Kombi	VF 38.64	
20	Volkswagen Kombi	VF 38.40	
21	Volkswagen Kombi	VF 48.22	
22	Volkswagen Sedan	VF 48.21	
23	Toyota Pick.Up	CA 05.30	
27	Chevrolet Pick.Up	CA 04.28	
28	Chevrolet Opala	VF 63.14	
29	Ford F.600	CM 04.04	

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Julho/76			
05	Volkswagen Kombi	VF 29.83	
08	Dodge Dart	REP. 007	
12	Volkswagen Kombi	VF 05.91	
15	Volkswagen Kombi	VF 29.79	
19	Volkswagen Kombi	VF 29.78	
22	Volkswagen Pick.Up	CA 05.05	
27	Volkswagen Sedan	VF 00.67	
30	Volkswagen Sedan	VF 00.71	
Agosto/76			
05	Volkswagen Sedan	VF 00.75	
10	Volkswagen Sedan	VF 00.86	
13	Volkswagen Kombi	VF 13.23	
18	Volkswagen Sedan	VF 00.61	
20	Volkswagen Sedan	VF 00.66	
25	Chevrolet Opala	VF 06.55	
30	Volkswagen Kombi	VF 22.28	
Setembro/76			
03	Volkswagen Sedan	VF 28.46	
09	Volkswagen Sedan	VF 28.51	
13	Volkswagen Sedan	VF 28.55	
17	Volkswagen Sedan	VF 28.63	
22	Ford F.350	CM 02.90	
24	Ford F.350	CM 04.31	
29	Chevrolet Veraneio	VF 27.13	

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

Julho/76			
01	Dodge Dart	REP. 010	
05	Volkswagen Kombi	VF 00.77	
07	Volkswagen Kombi	VF 00.79	
09	Volkswagen Kombi	VF 00.80	
13	Volkswagen Kombi	VF 00.81	
15	Volkswagen Kombi	VF 00.82	
19	Volkswagen Kombi	VF 00.83	
21	Volkswagen Kombi	VF 00.87	
26	Volkswagen Kombi	VF 03.49	
28	Volkswagen Kombi	VF 03.54	
Agosto/76			
03	Volkswagen Kombi	VF 04.16	
05	Volkswagen Kombi	VF 04.75	
09	Volkswagen Kombi	VF 04.85	
10	Volkswagen Kombi	VF 04.95	
12	Chevrolet Opala	OF 05.93	
16	Volkswagen Sedan	VF 42.70	
18	Volkswagen Sedan	VF 42.72	
20	Volkswagen Sedan	VF 42.75	
24	Chevrolet Opala	OF 41.85	
26	Volkswagen Kombi	VF 48.19	
30	Volkswagen Kombi	VF 48.20	
Setembro/76			
02	Volkswagen Kombi	VF 48.11	
06	Volkswagen Sedan	VF 48.24	
09	Volkswagen Sedan	VF 48.23	
13	Volkswagen Kombi	VF 48.17	
15	Volkswagen Kombi	VF 51.99	
17	Volkswagen Kombi	VF 52.01	
21	Volkswagen Kombi	VF 52.02	
23	Volkswagen Sedan	VF 51.91	
27	Volkswagen Sedan	VF 51.92	
29	Volkswagen Sedan	VF 69.62	

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

Julho/76			
07	Dodge Dart	REP. 009	
14	Chevrolet Veraneio	VF 53.24	
22	Volkswagen Kombi	VF 42.71	
Agosto/76			
03	Volkswagen Sedan	VF 53.23	
09	Volkswagen Sedan	VF 53.25	
13	Volkswagen Sedan	VF 53.26	
20	Volkswagen Kombi	VF 42.71	
Setembro/76			
01	Volkswagen Sedan	OF 48.15	
10	Volkswagen Sedan	VF 48.16	
20	Volkswagen Sedan	VF 49.40	
27	Volkswagen Sedan	VF 55.77	

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Julho/76			
05	Volkswagen Kombi	VF 07.04	
08	Volkswagen Sedan	VF 28.56	
12	Dodge Dart	REP. 011	
15	Volkswagen Sedan	VF 28.57	
19	Volkswagen Sedan	VF 28.58	
22	Volkswagen Sedan	VF 28.59	
26	Volkswagen Sedan	VF 28.60	
29	Willys Aero	VF 27.06	
Agosto/76			
02	Volkswagen Sedan	VF 28.61	
04	Volkswagen Kombi	VF 28.68	
06	Volkswagen Kombi	VF 28.72	
12	Dodge D.400	CM 06.58	
16	Volkswagen Sedan	VF 49.06	
19	Volkswagen Sedan	VF 49.10	
24	Volkswagen Sedan	VF 49.11	
27	Volkswagen Sedan	VF 49.14	
Setembro/76			
03	Volkswagen Sedan	OF 49.15	
09	Volkswagen Sedan	VF 49.21	
13	Volkswagen Sedan	VF 49.22	
15	Volkswagen Kombi	VF 50.72	
17	Volkswagen Kombi	VF 50.73	
22	Volkswagen Kombi	VF 50.74	
27	Volkswagen Kombi	VF 50.75	
30	Chevrolet Opala	OF 71.92	

A E R B

Julho/76			
13	Volkswagen Kombi	VF 52.67	
Agosto/76			
17	Volkswagen Sedan	VF 28.53	

RA I - NÚCLEO BANDEIRANTE

Julho/76			
07	Chevrolet Caminhão	CM 07.06	
16	Volkswagen Sedan	VF 00.59	
30	Volkswagen Kombi	VF 00.78	
Agosto/76			
10	Volkswagen Sedan	VF 55.76	
19	Volkswagen Kombi	VF 55.82	
31	Chevrolet Opala	OF 67.44	
Setembro/76			
10	Volkswagen Kombi	VF 31.38	
23	Volkswagen Sedan	VF 28.48	

RA II - G A M A

Julho/76			
01	Volkswagen Sedan	VF 00.74	
08	Dodge D.700	CM 01.36	
15	Willys Pick.Up	CA 03.65	
23	Mercedes Benz	CM 05.98	
Agosto/76			
05	Volkswagen Kombi	OF 31.53	
11	Mercedes Benz	CM 05.99	
16	Ford-Willys Pick.Up	CA 00.40	
20	Dodge D.700	CM 03.11	
27	Dodge D.700	CM 05.02	
Setembro/76			
02	Chevrolet Opala	VF 28.94	
09	Mercedes Benz	CM 06.00	
16	Volkswagen Kombi	VF 65.72	
24	Volkswagen Pick.Up	OF 29.63	
30	Mercedes Bensculante	CM 07.42	

RA III - TAGUATINGA

Julho/76			
02	Ford F.350	CM 04.14	
06	Chevrolet Basculante	CM 04.35	
09	Chevrolet Caminhão	CM 04.17	
14	Volkswagen Sedan	VF 00.58	
16	Volkswagen Sedan	VF 00.60	
21	Ford-Willys Pick.Up	CA 00.38	
23	Volkswagen Sedan	VF 01.05	
28	Volkswagen Sedan	VF 01.55	
30	Dodge D.700	CM 03.03	
Agosto/76			
05	Dodge D.700	CM 03.04	
09	Dodge D.700	CM 03.08	
11	Dodge D.700	CM 04.37	
13	Volkswagen Sedan	VF 03.56	
18	Dodge D.700	CM 04.16	
20	Dodge D.700	CM 05.01	
25	Dodge D.700	CM 05.11	
30	Chevrolet Opala	VF 40.39	
Setembro/76			
03	Volkswagen Kombi	VF 55.89	
08	Volkswagen Pick.Up	CA 06.82	
10	Volkswagen Pick.Up	CA 06.92	
14	Volkswagen Kombi	VF 65.71	
16	Volkswagen Sedan	VF 65.62	
21	Volkswagen Pick.Up	CA 05.77	
24	Volkswagen Pá-de-boi	OF 22.34	
29	Willys Aero	VF 29.75	

RA IV - BRAZLÂNDIA

Julho/76			
09	Volkswagen Sedan	VF 00.62	
20	Volkswagen Sedan	VF 28.54	
27	Volkswagen Kombi	VF 28.66	
Agosto/76			
04	Dodge D.700	CM 04.01	
11	Volkswagen Kombi	VF 55.83	
19	Volkswagen Kombi	VF 65.70	
Setembro/76			
01	Chevrolet Opala	OF 46.58	
13	Volkswagen Sedan	VF 71.21	
22	Chevrolet Caminhão	CM 07.07	

RA V - SOBRADINHO

Julho/76			
02	Chevrolet Caminhão	CM 03.00	
09	Mercedes Benz	CM 06.01	
19	Ford F.100	CA 03.32	
26	Volkswagen Pick.Up	CA 00.16	
30	Mercedes Benz	CM 06.02	
Agosto/76			
05	Dodge D.700	CM 05.00	
13	Volkswagen Sedan	VF 31.58	
23	Chevrolet Opala	OF 29.22	
30	Mercedes Benz	CM 06.03	
Setembro/76			
08	Dodge D.700	CM 06.48	
15	Volkswagen Kombi	VF 55.15	
21	Ford F.600	CM 05.97	
28	Volkswagen Sedan	VF 67.92	

RA VI - PLANALTINA

Julho/76			
01	Chevrolet Caminhão	CM 04.56	
08	Chevrolet Tanque	CM 04.34	
15	Chevrolet Basculante	CM 04.23	
23	Volkswagen Sedan	VF 31.57	
Agosto/76			
02	Volkswagen Kombi	VF 31.54	
10	Chevrolet Opala	VF 28.27	
18	Volkswagen Sedan	VF 55.80	
26	Volkswagen Kombi	VF 55.90	
Setembro/76			
03	Volkswagen Pick.Up	CA 02.71	
14	Volkswagen Pick.Up	CA 06.72	
23	Volkswagen Sedan	VF 72.12	

A S R I A

Julho/76			
08	Chevrolet Caminhão	CM 07.03	
20	Volkswagen Kombi	VF 59.15	
29	Chevrolet Camioneta	CA 08.92	
Agosto/76			
11	Chevrolet Opala	VF 58.99	
25	Volkswagen Sedan	VF 58.96	
Setembro/76			
06	Volkswagen Sedan	VF 58.97	
16	Volkswagen Sedan	VF 58.98	

Brasília, DF, 25 de junho de 1976.

JOSÉ DE ARIMATHEA RABELLO
DIRETOR DE OFICINAS - CSTI
SEA

SECRETARIA DE FINANÇAS

IVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EÇÃO DO PESSOAL

OS DO CHEFE

RDEM DE SERVIÇO DE 15 DE UNHO DE 1976

CHEFE DA SEÇÃO E PESOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de inanças do Distrito Federal, no so das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do DEC. N" 428, de 26.07.65, e Processo º 057097/76,

ESOLVE:

EMOVER, a partir desta data, servidor ANTONIO LOPES OGUEIRA, Carpinteiro, Nível 0—C, matrícula nº 14.609, do uadro Provisório de Pessoal do istrito Federal, da Junta de ecursos Fiscais, para Divisão e Administração Geral desta ecretaria.

AIMUNDO RODRIGUES COSA

hefe da Seção de Pessoal - AG—SEF

RDEM DE SERVIÇO DE 15 DE UNHO DE 1976

CHEFE DA SEÇÃO DE PESOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de inanças do Distrito Federal, no so das atribuições que lhe confere o Art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº 428, de 28.07.65, e rocesso nº 057.097/76,

RESOLVE:

EMOVER, a partir desta, data, servidor LUIZ VIEIRA ROHA, Motorista Oficial, Classe A", Código TP—601.3, Matrícula nº 12. 375, do Quadro de Pesoal do Distrito Federal, da ivisão de Administração Geral ara a Junta de Rcursos Fiscais esta Secretaria.

AIMUNDO RODRIGUES COSA

hefe da Seção de Pessoal - AG—SEF

RDEM DE SERVIÇO DE 15 E JUNHO E 1976

CHEFE DA SEÇÃO DE PESOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de inanças do Distrto Federal, no so das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Dec. N" 428, de 28.07.65 e Processo 057097/76,

RESOLVE:

REMOVER, a partir desta data, o servidor CAMILO CORREA E OLIVEIRA, Aux. de Medição nível 06, Matrícula nº 13.433, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal da Divisão e Administração Geral para o Departamento da Receita desta Secretaria.

RAIMUNDO RODRIGUES COSTA

Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEF

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE JUNHO DE 1976

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº 428, de 28.07.65,

RESOLVE:

MANDAR, o servidor RAIMUNDO NONATO CAMPOS, Agente Administrativo Classe "B" Código 401.3, matrícula nº 09.151, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento da Receita desta Secretaria, a partir desta data.

RAIMUNDO RODRIGUES COSTA

Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEF

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE JUNHO DE 1976

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Dc. "N" nº 428, de 28.07.65.

RESOLVE:

MANDAR a partir desta data, o servidor MOISES NUNES GONÇALVES, Motorista Oficial, Classe "A", Código TP—601.3, matrícula nº 12.367, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Gabinete desta Secretaria.

RAIMUNDO RODRIGUES COSTA

Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEF

EPARTAMENTO DA RECEITA

os do Diretor

ROCESSO Nº 29.635/74
NTERESSADO: CASA DOS ARAFUSOS
ONSULTA: DT 39/76 (401)

prazopara recolhimento do ICM mercadorias importadas é o revisto no artigo 16, inciso I do egulamento aprovado pelo ecreto 1.697/71 com as alteações introduzidas pelo Decreto º 2.185/73 e Portaria nº 15 de 8.08.73.

asa dos Parafusos Ltda, insita no Cadastro Fiscal da Setaria de Finanças sob o nº 005662- 5, com atividade de compra, importação e venda de rramentas, máquinas maais, prafusos, etc., apresenta nsulta nos seguintes termos: . Que é importadora de mercadorias do exterior e em cuja mportação cumpriu todas as digencias do art. 1º, item II, art. º, item II, e art. 10 item IV, do RICM;

2.- Que o RICM não especifica individualmente o prazo de recolhimento do ICM s/ mercadorias importadas, o que se supõe seja o mesmo prazo previsto no art. 16, item I do RICM;

E.- que para cientificação do correto procedimento, solicita seja confirmado se este prazo de recolhimento está de acordo com o previsto no Regulamento do ICM.

É o relatorio.

O artigo 16 inciso I do Decreto 1.697/71, que aprova o Regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias, alterado pelo Decreto nº 2.185/73, dispõe:

"Art. 16. O imposto será recolhido, nos estabelecimentos bancários autorizados ou nas coletorias, nos seguintes prazo:

I- mediante guia, conforme modelo baixado pelo Departamento da Receita, preenchida pelo próprio contribuinte;

a) - até o último dia útil do segundo mês subsequente aquele em que houver ocorrido o fato gerador;

b) - até o ultimo dia util do terceiro mês subsequente aquele em que houver ocorrido o fato gerador, nas saídas de produtos de sua fabricação".

O prazo previsto na alínea "B", acima, aplica- se somente na hipotese do parágrafo 2º, acrescentando pelo artigo 2º do Decreto nº 2.185/73.

A Portaria nº 15, de 28 de agosto de 1973, aprova o DAE em substituição à Guia Unica de Informação e Apuração do Recolhimento do ICM;

"Art. 5º. Fica aprovado o "DAE- Documento de Arrecadação Estadual", conforme modelo anexo, que substituirá a Guia única de Informação, Apuração e Recolhimento do ICM, prevista no art. 16 item I, do Regulamento do ICM e art. 80 parágrafo 1º do Sistema Nacional Integrado de Informações Economico- Fiscais e art. 1º da Instrução Normativa ICM nº 1/71- DPR".

"Art. 6º - O Imposto sobre Circulação de Mercadorias deverá ser recolhido atraves do "DAE" - Documento de Arrecadação Estadual", de que trata o artigo anterior, a partir de 01 de setembro de 1973".

A legislação do Distrito Federal não dá tratamento especial no que se refere a prazo de recolhimento do ICM s/ mercadorias importadas. O imposto será recolhido, através do DAE, até o último dia útil do segundo mês subsequente aquele em que houver ocorrido o fato gerador, de acordo com a legislação mencionada.

É o parecer sub- censura

Brasília, 25 de maio de 1976.

Sandra Furtado Clyres
DISCAL DE TRIBUTOS
MAT.: 7818.

Aprovo o parecer supra. Encaminhe- se ao Departamento da Receita.

Em 11 de junho de 1 976

JURACY CARDOSO FARIAS
Diretor da Divisão de Tributação

VISTO:

Cientifique- se o interessado e publique- se.

Em 15 de junho de 1976

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO Nº.: 29.879/75
INTERESSADO: Sonorte Brasília Construções e Montagens Ltda.
ASSUNTO: Consulta sobre incidência de ICM e ISS na fabricação e montagem de paredes divisórias e saída de mercadorias para industrialização.
GÊNERO: Consulta DT Nº. 36/76 (401)

Na fabricação e montagem de paredes divisórias, a montagem constitui uma atividade meramente acessoria, que se agrega ao valor do produto e enseja a incidência do ICM.

Nas saidas de mercadorias para industralização só não ocorre a incidência de ICM se o produto final retorna ao estabelecimento de origem.

No presente processo a firma acima, preliminarmente, formula consulta sobre a incidência de ICM e ISS nas operações de fabricação e montagem de paredes divisórias, acrescentando que vem tributando com ICM a venda do produto e com ISS a sua montagem.

Em segundo lugar informa que a saída do produto é feita com emissão de Nota Fiscal, tendo como natureza da operação transferência para industrialização, com suspensão do imposto.

Alega a requerente que esta última operação vem causando dificuldades à sua empresa, em face de não poder controlar com exatidão a quantidade de material remetida para a montagem das referidas divisórias.

Com relação à incidência dos dois tributos, na fabricação e montagem das divisórias deduzimos que, com o advento do Decreto-Lei 834/69, que estabeleceu a linha divisória entre estes dois tributos, o campo de incidência de cada um deles é identificado sem maiores dúvidas, passando o assunto a não mais comportar maiores discussões.

A firma dedica-se basicamente à fabricação de divisórias, sendo a sua montagem apenas atividade marginal, que complementa a venda realizada através de um serviço, contratado a título acessório, razão pela qual se agrega ao valor do produto, como uma operação acabada, portanto ensejadora da incidência do ICM.

A atividade da empresa é tipicamente de venda de mercadorias e não de venda de serviços, sendo que esta é realizada em caráter secundário.

Na realidade ela pratica operação de circulação de mercadorias, que compreende-a venda de divisórias mais a sua montagem, que em última análise formam um todo indissociável, prevalecendo indiscutivelmente o valor do produto, sendo que a montagem não passa de uma despesa acessória debitada ao consumidor final.

Observamos também que os serviços prestados pela empresa não se incluem na lista anexa aos Decretos-Leis 406/68 e 834/69, o que vem ainda mais reforçar nosso ponto de vista de que as operações realizadas são de fornecimento de mercadorias.

É certo que montagem está prevista na referida lista no ítem 48, todavia não atinge as operações realizadas pelo contribuinte, visto que, para estes casos é necessário que o material seja fornecido exclusivamente pelo usuário final, o que não ocorre na hipótese em questão, como se pode observar:

"48 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço exclusivamente com o material por ele fornecido".

Com efeito, esta seria a condição única à tipicação da atividade da empresa como suscetível de sofrer o gravame do ISS, no entretanto a clareza como problema é colocado no referido item, exclui este entendimento.

Por outro lado, relativamente à saída de mercadorias para industrialização, informamos que, com realção ao ICM, a operação só se beneficiaria pela não incidência se o produto final retornasse ao seu estabelecimento.

Esta hipótese como podemos depreender da consulta não ocorre com o contribuinte, o que equivale dizer, todas as saídas de mercadorias para industrialização de que fala o requerente estão sujeitas a este tributo.

Quanto à variação de que fala o requerente na remessa de material para a montagem de divisórias, não nos parece gerar nenhum problema, de vez que se no término da industrialização houver variação para menos o contribuinte simplesmente remeterá o material em falta acompanhado da respectiva Nota Fiscal, se ao contrário, a variação for para mais o contribuinte emitirá Nota Fiscal de Entrada, do material, com destaque do ICM, quando for o caso, a qual servirá para acobertar o trânsito do material em devolução, bem como para o requerente se ressarcir do imposto recolhido anterioremente.

É o Parecer.

Brasília-DF., 23 de abril de 1976
FRANCISCO LUCAS FURTADO MAGALHÃES
Processo nº. 029.879/75
INTERESSADO: SONORTE BRASILIA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA

Aprovo o parecer retro. Encaminhe-se ao Departamento da Receita.

Em 03 de junho de 1976
JURACY CARDOSO FARIAS
Diretor da Divisão de Tributação

VISTO: Cientifique-se o interessado e publique-se.

Em 03 de junho de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo nº 16.895/72
Interessado: OSMAR PINTO LARA (LARA — Engenharia e Construções)
Gênero : Consulta DT Nº 33/76 (402)
Assunto: Cálculo do ISS na prestação de serviço de construção civil.

Não há permissivo regulamentar de dedução do valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços a ser feita somente após o término da obra.

A fls. 01 do protocolizado a requerente formula sobre a apuração do ISS e considerar a dedução correspondente ao valor dos materiais fornecidos, pelo prestados dos serviços, o qual, segundo informa, só pode ser obtido após o término das obras.

É o relatório.

O regulamento do ISS, aprovado pelo Dec. Nº 1.603, de 8/2/71, em seu art. 10, parágrafo único, estabelece que "o ISS... tem por base de cálculo o preço do serviço" e "na prestação dos serviços a que se referem os itens 19 e 20 da lista ... o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes: I) - ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços".

O Regulamento, conforme mencionado, não contempla a dedução do valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços após o término da obra. É, portanto defeso a qualquer contribuinte do ISS fazê - la nestas condições.

A dedução a que tivesse direito deveria ser processada em concomitância com o Cálculo do imposto.

Quanto à consulta sobre se a receita pode ser diferida, cabe responder que não há dispositivo legal permissivo.

É o parecer.

Brasilia, 04 de maio de 1976

JOSÉ PALMA FILHO
Fiscal de Tributos
Matr. 2 137

PAPELETA 02829
EMPREGADO MARLY PEREIRA DA MOTTA
INSCRIÇÃO 95.082
Periodo 01.04.76 a 02.04.76

F.E.D.F. - D.G.A. - D.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

F.E.D.F. - D.A.
SERVIÇO MÉDICO
DR. OSAIR TAVARES SILVA

PAPELETA 02630
EMPREGADO IRACY NOBREGA SILVA
INSCRIÇÃO 92.374
Periodo 26.04.76 a 03.05.76

PAPELETA 02632
EMPREGADO MARISILVIA P. DE ALMEIDA
INSCRIÇÃO 92.426
Periodo 07.04.76 a 08.04.76

PAPELETA 02634
EMPREGADO MARIA DA C. OLIVEIRA
INSCRIÇÃO 92.465
Periodo 05.04.76 a 12.04.76

PAPELETA 02636
EMPREGADO JANDIRA DOS S. NASCIMENTO
INSCRIÇÃO 92.479
Periodo 22.04.76 a 23.04.76

PAPELETA 02638
EMPREGADO ENEIDA ALVES GUIMARÃES
INSCRIÇÃO 92.504
Periodo 21.04.76 a 23.04.76

PAPELETA 02631
EMPREGADO ZILLA VIEIRA
INSCRIÇÃO 92.401
Periodo 01.04.76 a 15.04.76

PAPELETA 02633
EMPREGADO SANAE TERAOKA
INSCRIÇÃO 92.436
Periodo 01.04.76 a 07.04.76

PAPELETA 02635
EMPREGADO: MARIA DA C. OLIVEIRA
INSCRIÇÃO 92.465
Periodo 28.04.76 a 20.07.76

PAPELETA 02637
EMPREGADO ARLINDA ANUNCIAÇÃO SANTANA
INSCRIÇÃO 92.499
Periodo 12.04.76 a 14.04.76

PAPELETA 02639
EMPREGADO ENEIDA ALVES GUIMARÃES
INSCRIÇÃO 92.504
Periodo 27.04.76 a 29.04.76

PAPELETA 02640
EMPREGADO IAMAR SUELY DE O. BRAGA
INSCRIÇÃO 92.534
Periodo 06.04.76 a 07.04.76

PAPELETA 02642
EMPREGADO DORALICE A. DE ALARCÃO
INSCRIÇÃO 92.539
Periodo 06.04.76 a 15.04.76

PAPELETA 02571
EMPREGADO MARIA DAS CANDEIAS MONTE
INSCRIÇÃO 91.333
Periodo 26.04.76 a 30.04.76

SECRETARIA DE SAÚDE

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 03/76

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 135ª. Sessão Extraordinaria, no uso das atribuições que lhe confere a alínea 'b" do aritgo 14, do Estatuto da Entidade tendo em vista o que consta do Processo nº 03.837/75- FHDF.

RESOLVE:

1) -Aprovar o Regimento da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e de suas Unidades:
- Hospital da Base do Distrito Federal
-Hospital Regional da Asa Sul
Hospital Regional de Taguatinga
Hospital Regional do Gama
-Hospital Regional de Planaltina
-Hospital Regional de Brazlandia
-Hospital de Pronto Atendimento Psiquiátrico
-Posto de Saúde
-Centro de Orientação Médicos - Psicopedagógica
-Centro Interescolar de Saúde de Brasilia;
2) -O Diretor Presidente será responsavel pelas medidas administrativas necessarias à implantação dos Regimentos;
3) - Os Regimentos acima referidos entrarão em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrario.

Brasilia, 15 de junho de 1976.

Newton Muylaert de Azevedo

Paulo Argolo da Cruz Rios
Hurandir Mesquita Motta

Pedro Caram Zuquim

Vicente de Paula Araujo

José Leite Saraiva

José Affonso Monteiro de Barros Menusier

DECISÃO Nº 49/76

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 454ª. Sessão Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r" do artigo 14, do Estatuto da Entidade, tendo em vista o que consta do Processo nº 106.038/76— SES,

DECIDE:

pelo retorno do Processo ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho para as providencias cabíveis por parte da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Brasilia, 14 de junho de 1 976.

Newton Muylaert de Azevedo

Olympio Bandeira da Silva Cascaes

Paulo Argolo da Cruz Rios

Hurandir Mesquita Motta

Pedro Caram Zuquim

José Leite Saraiva

José Affonso Monteiro de Barros Menusier

DECISÃO Nº. 50/76
O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 454ª Sessão Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "n" do artigo 14, do Estatuto da Entidade,

DECIDE:

apoiado no Parecer apresentado pelo Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, constante de folhas 10 do Processo nº. 004.308/76—FHDF, aprovar os Balancetes Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, referentes ao mês de fevereiro de 1976
Brasília, 14 de junho de 1976
Newton Muylaert de Azevedo
Hurandir Mesquita Motta
Paulo Argolo da Cruz Rios
José Leite Saraiva
José Affonso Monteiro de Barros Menusier
Olympio Bandeira da Silva Cascaes

DECISÃO Nº. 51/76
O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 454ª, Sessão Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "e" do artigo 14, do Estatuto da Entidade, tendo em vista o que consta do Processo nº. 004.215/76—FHDF,

DECIDE:

1. estabelecer os seguintes valores para Bolsas de Estudos de Médicos Residentes:
R—1 Cr$ 2.553,20
R -2 Cr$ 3.191,50
R—3 Cr$ 3.829,80
2. Esta Decisão entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de jun ho do corrente, observadas as disposições legais que regem a matéria.
Brasília, 14 de junho de 1976
Newton Muylaert de Azevedo
José Leite Saraiva
Paulo Argolo da Cruz Rios
Hurandir Mesquita Motta
Pedros Caram Zuquim
José Affonso Monteiro de Barros Menusier
Olympio Bandeira da Silva Cascaes

DECISÃO Nº. 53/76
O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 135ª Sessão Extraordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "C" do artigo 14, do Estatuto da Entidade,

DECIDE:
1) aprovar as Tablas Suplementares de Empregos Permanentes e de Empregos em Comissão da Unidade de Profilaxia da Raiva, constantes do Processo nº. 016.836/76—SEA—GDF.

2) revogar todos os atos e disposições referentes a pessoal que contrairem as remunerações previstas nas citadas Tabelas;
3) A presente Decisão entrará em vigor nesta data retroagindo seus efeitos financeiros a 01 de junho de 1976, no que se refere a Tabela de Empregos Permanentes.

Brasília 15 de junho de 1976
Newton Muylaert de Azevedo
José Affonso Monteiro de Barros Menusier
Paulo Argolo da Cruz Rios
Hurandyr Mesquita Motta
Pedros Caram Zuquim
Vicente de Paula Araujo
José Leite Saraiva

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

JUNTA DE CONTROLE DO DER-DF

ATA DA 805ª. REUNIÃO DA JUNTA DE CONTROLE DO DER—DF

Aos oito dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e seis, na sala de reuniões, na sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, às quinze horas realizou-se a 805ª reunião da Junta de Controle do DER—DF, sob a Presidência do Sr. Diogo Rodrigues Borges e com a presença dos Srs. Membros José Welington do Amaral Brito e Jarbas Barreira Parente. Aberta a reunião o Sr. Presidente determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. A seguir, foram apresentados para exames os seguintes processos: 03.373/75, 03.474/75, 03.505/75, 00.040/76, 00.136/76, 00.153/76, 00.168/76, 00.202/76, 00.239/76, 00.270/76, 00.274/76, 00.277/76, 00.282/76, 00.291/76, 00.330/76, 00.353/76, 00.387/76, 00.396/76, 00.462/76, 01.458/76. O processo nº 01.458/76, referente a comprovação de adiantamento concedido ao Servidor Gláucio Xavier, no valor de Cr$ 300,00, foi encaminhado ao Senhor Diretor - Geral do DER-DF, com parecer conclusivo da Junta para baixa de responsabilidade do Servidor; os demais, depois de examinados, conferidos e considerados certos, tiveram encaminhamentos de rotina. As dezessete horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Niuzete Barros de Aquino, secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata que lida e aprovada, vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a secretariei e pelos Srs. Membros presentes.

Presidente Suplente: Diogo Rodrigues Borges; Secretária "ad hoc": Niuzete Barros de Aquino; Membros: José Welington do A. Brito; Jarbas Barreira Parente

ATA DA 806a. REUNIÃO DA JUNTA DE CONTROLE DO DER—DF

Aos dez dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e seis, na sala de reuniões, na sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, às quinze horas realizou-se a 806a. reunião da Junta de Controle do DER—DF, sob a Presidência do Sr. Diogo Rodrigues Borges e com a presença dos Srs. Membros José Welington do Amaral Brito e Jarbas Barreira Parente. Aberta a reunião o Sr. Presidente determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. A seguir, a Junta tomou conhecimento das Atas da 46a e 465a reuniões ordinárias do Conselho Rodoviário e da 17ª reunião ordinária da Diretoria Consultiva do DER—DF, tendo o Sr. Presidente determinado seus respectivos arquivamentos. Em seguida, após serem examinados, a Junta determinou o registro em livro próprio do Termo Aditivo ao Contrato n.º 24/75 celebrado entre o DER/DF e a firma Tercon-Terraplenagem e Construção S/A e do Termo de Aditamento ao Convênio celebrado em 23 de fevereiro de 1976 entre o DER/DF e a Petrobrás Distribuidora S/A. Prosseguindo, foram apresentados para exames os seguintes processos: 00.099/73, 03.468/75, 03.508/75, 03.577/75, 00.003/76, 00.004/76, 00.065/76, 00.126/76, 00.141/76, 00.158/76, 00.214/76, 00.225/76. 00.250/76, 00.280/76, 00.319/76, 00.325/76, 00.409/76, 00.461/76, 00.550/76; os quais, depois de examinados, conferidos e considerados certos, tiveram encaminhamentos de rotina. As dezessete horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Niuzete Barros de Aquino, secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata que lida e aprovada, vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a secretariei e pelos Srs. Membros presentes.

Presidente Suplente: Diogo Rodrigues Borges, Secretária "ad hoc": Niuzete Barros de Aquino, Membros José Welington do A. Brito, Jarbas Barreira Parente

ATA DA 807ª. REUNIÃO DA JUNTA DE CONTROLE DO DER-DF

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e seis, na sala de reuniões, na sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, às quinze horas realizou-se a 807ª., reunião da Junta de Controle do DER-DF, sob a Presidência do Sr. Diogo Rodrigues Borges e com a presença dos Srs. Membros José Welington do Amaral Brito e Jarbas Barreira Parente. Aberta a reunião o Sr. Presidente determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. A seguir, depois de ter apreciado, examinado e

conferido os Balancetes relativos ao mês de maio p. passado, foram êles considerados certos e em condições de serem aprovados pelos órgãos competentes. Prosseguindo, foram apresentados para exames os seguintes processos: 03.524/75, 00.044/76, 00.047/76, 00.078/76, 00.096/76, 00.100/76, 00.122/76, 00.125/76, 00.150/76, 00.167/76, 00.199/76, 00.224/76, 00.226/76, 00.314/76, 00.328/76, 00.338/76, 00.339/76, 00.349/76, 01.221/76, 01.342/76, 01.345/76; os quais, depois de examinados, conferidos e considerados certos, tiveram encaminhamentos de rotina. O Sr. Presidente, de acordo com os demais Membros, transferiu para Sexta-feira (18.06.76), no horário habitual, a proxima Reunião Ordinária desta Junta, a qual se faria realizar na quinta-feira (17.06.76), às quinze horas, de acordo com o Capitulo III, art. 6º., parágrafo 1º. do Regimento Interno. As dezessete horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, eu, Niuzete Barros de Aquino, secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata que lida e aprovada vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a secretariei e pelos Srs. Membros presentes.
DIOGO RODRIGUES BORGES Presidente Suplente, NIUZETE BARROS DE AQUINO Secretária "ad hoc", JOSÉ WELINGTON DO A. BRITO e JARBAS BARREIRA PARENTE, Membros.

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.- SHIS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇAO Nº. 329/76 - C.A.

Dispõe sobre celebração de Contrato entre esta Sociedade e a TELEINSTALAÇOES E REPRESENTAÇOES LTDA.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

gresolve,

"Por unanimidade, autorizar a celebração do Contrato de Empreitada a ser realizado entre a SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, e a firma TELEINSTALAÇOES E REPRESENTAÇÕES LTDA., objetivando a execução das obras e serviços especializados de transferência das antenas da Estação Receptora de Rádio do Ministério do Exército de "Guariroba" para outra área no "Paranoá", nos termos da minuta apresentada (fls. 23/39), devendo, entretanto, ser inserido no contrato, à Cláusula 5ª. dispositivo que previna quanto à responsabilidade da Empreiteira pelo transporte, desmontagem e montagem do material com a obrigação de reposição em caso de dano nos mesmos e incidência das multas relativas aos itens "a" e "b" (Cláusula 5ª.), verificada a caracterização dos efeitos acima mencionados, que venham a acarretar atraso na obra".

Brasilia, 04 de junho de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro - Relator

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro.

RESOLUÇAO Nº.. 330/76 — C.A.

Dispõe sobre a quota de unidades habitacionais destinadas ao Conselho de Administração.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Por unanimidade, determinar que a quota de 2,5% (dois e meio por cento) de cada projeto construído e/ou adquirido pela Sociedade, a qual destinada ao Conselho de Administração pela RC nº. 007/74, ensejando o atendimento aos casos de real necessidade que extrapolem as normas em vigor, seja fornecida em termos do "quantum" e da localização do respectivo projeto".

Brasilia, 04 de junho de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro.

RESOLUÇAO Nº. 331/76 - C.A.

Dispõe sobre imóveis reintegrados ao patrimônio da Empresa.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Por unanimidade, que os imóveis habitacionais reintegrados ao patrimônio da SHIS, quer seja através de rescisão judicial do contrato ou através de distratos amigavelmente celebrados, sejam destinados à redistribuição pelo Conselho de Administração, além de quota de 2,5%)dois e meio por cento) de cada projeto destinada ao Órgão através da RC nº. 007/74".

Brasilia, 04 de junho de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro.

RESOLUÇAO Nº. 332/76 - C.A.

Dispõe sobre desistência de candidatos à aquisição de imóveis autorizados pelo Conselho de Administração.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Determinar, por unanimidade, que nos casos de desistência de aquisição de unidade habitacional cuja autorização tenha sido proferida pelo Conselho de Administração nos termos da Resolução nº. 007/74 - C.A., seja o respectivo processo devolvido ao citado Órgão Colegiado devidamente instruído pela Diretoria Imobiliária, quanto às razões da desistência, quer seja efetuada em decorrência de impedimento da parte do interessado ou da Empresa".

Brasilia, 04 de junho de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro.

RESOLUÇAO Nº. 334/76 — C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores FRANCISCO DE SOUZA NOBRE - Processo nº. 052.927/76 e BARTOLOMEU DIAS DA SILVA - Processo nº. 054.550/76, ambos inscritos e classificados nesta Sociedade, informando que deverão aguardar convocações de acordo com as normas vigentes".

Brasilia, 09 de junho de 1976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro - Relator

JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro.

RESOLUÇAO Nº. 335/76 — C.A.

Dispõe sobre solicitações, de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade.

resolve,

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores SEVERINO ROMEU - Processo nº. 054.032/76, CLOVIS DE DEUS VIEIRA - Processo nº. 053.232/76 e LUISA AUGUSTA FAGUNDES LIMA - Processo nº. 051.172/76, inscritos nesta Sociedade, comunicando que deverão aguardar a publicação da IV Listagem Geral de Classificados quando poderão cientificar - se da posição alcançada".

Brasilia, 09 de junho de 1976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro

JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro - Relator

JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro.

RESOLUÇAO Nº 336/76—C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação da Senhora MARIA DE LOURDES LIMA — Processo nº 010.364/74, observando que a renda declarada é considerada insuficiente".

Brasília, 09 de junho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro-Relator
JORGE MOTTA E SILVA
Membro

RESOLUÇAO Nº 337/76—C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"I - Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ANTONIO DAMASCENO FILHO — Processo nº 054.737/76 e JANUÁRIO DE MEDEIROS NETO— Processo nº 054.736/76, ambos inscritos e classificados, informando que deverão aguardar posteriores convocações desta Sociedade.
II - Recomendar à Diretoria Imobiliária, a realização de inspeções nos imóveis situados respectivamente à QNM 40, Conjunto "D, nº 42, Taguatinga, Distrito Federal e Quadra 01, Conjunto "F", nº 401 Gama, Distrito Federal, verificando também se os mesmos foram alienados e as situações dos adquirentes no que concerne às suas obrigações perante a Empresa".
Brasília, 09 de junho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro-Relator
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro

RESOLUÇAO Nº 338/76—C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Manter, por unanimidade, o disposto às Resoluções nºs 123/74 -

C.A., e 638/75—C.A., bem como, às Resoluções nºs 028/76—C.A., e 235/76 - C.A., objetivando reiterar o indeferimento às solicitações dos Senhores FRANCISCO DE ASSIS MOREIRA SANTOS — Processo nº 008.058/74 e MARIA JOSÉ SANTOS DAMASCENO — Processo nº 041.117/76, respectivamente, em vista de não aduzirem os novos pedidos, a quaisquer fatos novos".
Brasília, 09 de junho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro- Relator
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro

RESOLUÇÃO Nº 339/76—C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

"Deferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores A-NETO RODRIGUES DA COSTA — Processo nº: 048.895/76 e ELZA ANDRADE AFONSO — Processo nº 049.004/76, devendo aos mesmos serem alienadas unidades habitacionais desta Sociedade, de acordo com as normas e disponibilidades existentes".
Brasilia, 09 de junho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro-Relator
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 340/76—C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

I - Revogar, por unanimidade, o disposto à Resolução nº 229/76 - C.A., de 12.04.76.
II - Deferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor FRANCISCO EVARISTO NETO — Processo nº 041.674/76, considerando que o peticionário possui 08 (oito) dependentes e reside em condições precárias, sendo que ao mesmo deverá ser alienada uma unidade habitacional desta Sociedade, de acordo com as normas e disponibilidades existentes".
Brasilia, 09 de junho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES, LYRIO
Membro-Relator
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 341/76 — C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores PAULO FERREIRA DA SILVA - Processo nº. 053.072/76, JESUS BERNARDES LEITE - Processo nº. 054.553/76, OTACÍLIO JOSÉ FARIA - Processo nº. 052.925/76, FRANCISCA DE ASSIS ALVES DE OLIVEIRA - Processo nº. 054.732/76, THEREZINHA DE TOLEDO NEVES - Processo nº. 053.777/76 e ESTER PEREIRA COSTA - Processo nº. 054.548/76, todos inscritos e classificados, comunicando que deverão aguardar posteriores convocações desta Sociedade, de acordo com os critérios vigentes".

Brasilia, 09 de junho de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro

JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro - Relator

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro.

RESOLUÇÃO Nº.. 342/76 — C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor PAULO BERNARDES COELHO - Processo nº. 054.036/76, informando da continuidade das inscrições públicas desta Sociedade, abertas desde outubro de 1.974".

Brasilia, 09 de junho de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro - Relator

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro.

RESOLUÇÃO Nº. 343/76 — C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"I - Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores JOSÉ DE ANCHIETA VIEIRA DE OLIVEIRA, CARLOS JOSÉ VIEIRA, FRANCISCO ADAUTO DE AMORIM FILHO e GILSON FERNANDES VASCONCELOS - Processo nº 047.198/76, todos inscritos e classificados, comunicando que deverão aguardar convocações de acordo com as normas da Empresa.

II - Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores MANOEL FIRMINO DE ARAUJO e SEVERINO GOMES DA SILVA - Processo nº. 047.198/76, regularmente inscritos, informando que deverão aguardar a publicação da IV Listagem Geral de Classificados uma vez que as respectivas inscrições não foram ainda computadas".

Brasilia, 09 de junho de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro

JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro - Relator

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro.

RESOLUÇÃO Nº 344/76—C.A.
Dispõe sobre solicitações e unidades habitacionais desta Sociedade.
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DECIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato social da Sociedade,

RESOLVE:
"Manter, por unanimidade, o estabelecido às Resoluções 199/76—C.A, e 287/76—C.A, no ensejo de ratificar o indeferimento às solicitações dos Senhores JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO — Processo nº 047.822/76 e VALDENICE ROMANA DIAS — Processo nº 050.479/76, em vista de não apresentar os pedidos de reconsideração, quaisquer fatos novos".
Brasília, 09 de junho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro-Relator
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro

RESOLUÇÃO Nº 345/76—C.A.
Dispõe sobre solicitação de quitação de imóvel adquirido através desta Empresa.
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES E INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade,

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação da Senhora HILDA BARROS DE SOUZA - Processo nº 006.803/74, referente à quitação da unidade residencial que lhe foi concedida pelo Conselho de Administração através da RC nº 063/74, de 28.06.74".
Brasília, 09 de junho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM

Membro
JOSE SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro-Relator
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro

RESOLUÇÃO Nº 346/76—C.A.
Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"Deferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor HELIO KARDEC SOARES - Processo º 050.021/76, sendo que o mesmo deverá ser atendido de acordo com as normas disponibilidades da Empresa".
Brasília, 09 de junho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
JOSE SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro-Relator
RUBEM FURTADO GUEIROS
Mebro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 347/76 — C.A.
Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor JOSÉ DE SOUZA CARNEIRO - Processo nº. 053.719/76, ELIAS GOMES DE CARVALHO - Processo nº. 054.073/76, OTÁVIO DE OLIVEIRA MELO Processo nº. 054.734/76, ANA FRANCISCA DOURADO - Processo nº. 054.733/76 e ODALVA ALVES DA SILVA - Processo nº. 053.077/76, inscritos e classificados, cientificando que deverão aguardar futuras convocações desta Sociedade, à época oportuna".
Brasília, 09 de junho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 348/76 - C.A.
Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;
RESOLVE:
"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores JOÃO OLIVEIRA DA COSTA - Processo nº. 054.551/76 e DIVINA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Processo nº. 053.722/76, ambos inscritos nesta Sociedade, informando que deverão aguardar a publicação da IV Listagem Geral de Classificados, à época oportuna".
Brasília, 09 de junho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 349/76 - C.A.
Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;
RESOLVE:
"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ADENEI GONÇALVES DE SANTANA - Processo nº. 054.730/76, IVETTE PAIVA LIMA — Processo nº. 052.646/76 e MARIA DE LOURDES OLIVEIRA AMORIM - Processo nº. 050.520/76, informando da continuidade das inscrições Públicas nesta Sociedade, desde outubro de 1974".
Brasília, 09 de junho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro

RESOLUÇÃO Nº 350/76—C.A.
Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.
O CONSELHO DE ADMINIS-

TRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA – SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA–TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"Por unanimidade, reformar a decisão constante da Resolução nº 261/76–C.A, de 20.04.76, em favor do Senhor VALDEIR COSTA – Processo nº 013.366/75, para indeferir, o pedido, em virtude de encontrar-se o mesmo, na condição de "ex-proprietário" - de imóvel no Distrito Federal".

Brasilia, 09 de junho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro

RESOLUÇAO Nº.: 351/76 – C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitac. desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Manter, por unanimidade, as disposições contidas às Resoluções nº.s 129/76-CA, e 246/76-C.A., bem como, na RCnº. 065/76 - C.A., para reiterar o indeferimento às respectivas solicitações dos Senhores ELIAS LIMA RIOS e conjugue - Processo nº. 044.938/76 e IRON BENTO DE SOUZA - Processo nº. 042.276/76".

Brasília, 09 de junho de 1976.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro - Relator
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro.

RESOLUÇAO Nº.: 352/76 – C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades, habitac. desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITACOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Deferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores JOAQUIM DE CASTRO - Processo nº. 048.378/76 e ISABEL GARCIA LEAO - Processo nº. 031.446/76, sendo que os mesmos deverão ser atendidos em consonância às normas e disponibilidades existentes à Empresa".

Brasilia, 09 de junho de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro - Relator
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro.

RESOLUÇAO Nº.: 353/76 – C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores VICENTE SITONEO DE SOUZA - Processo nº. 046.380/76, FRANCISCO DE ASSIS ALVES - Processo nº. 046.358/76 e MANOEL VIEIRA DE SOUZA - Processo nº. 035.600/75, os quais, regularmente inscritos e classificados, cientificando que deverão aguardar convocações desta Sociedade, à época oportuna".

Brasilia, 09 de junho de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA MENDES LYRIO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro - Relator.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB

Atos do Superintendente

A Diretoria da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada T.C.B - composta pelos Srs. Dalmo Pimentel dos Santos, Vicente de Paula Pinto e Halton Moyses Vieira Ferreira, respectivamente, Diretor Superintendente, Administrativo e Técnico, sob a presidência do primeiro reuniu-se para tratar de assuntos de interesse da Empresa, conforme as reuniões abaixo e decidiu:

321a.(TRICENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO REALIZADA A 18/03/76.

1. Nos Processos 00197/76, 00273/76, 00364/76 e 00155/76:
   - Autorizar as promoções dos funcionários Antonio Silva Aguiar - do emprego de Auxiliar de Administração para o de Técnico de Contabilidade; Hélio José Siqueira - do emprego de Auxiliar Técnico de Administração para o de Assessor Administrativo; Cândido Fernandes de Oliveira - do emprego de Lançador Contábil para o de Técnico de Contabilidade; Flamarion Antonio de Araujo Costa - do emprego de cobrador para o de Auxiliar de Administração; e Joaquim José de Faria do emprego de continuo para o de Auxiliar de Administração, a partir de 1º do próximo mês;
2. No 00837/76:
   - Isentar os motoristas e cobradores envolvidos nos acidentes de que trata o presente processo da responsabilidade do pagamento do valor das avarias, levando a débito da Empresa a importância de CR$ 9.218,33(nove mil,duzentos e dezoito cruzeiros e trinta e treis centavos) e determinar o arquivamento do processo, após adotadas as medidas contábeis;
3. Nos processos 04219/75, 3599/75 e 03028/75:
   - Autorizar as promoções dos funcionários João Pinto de Barros, José Rodrigues de Carvalho e Vicente de Assis Moreira - dos empregos de Auxiliar de Administração para os de Auxiliar Técnico de Administração; João Luiz Barbosa de Oliveira e Antonio Lourenço Lima Filho - dos empregos de Auxiliar de Administração para os de Monitor de Treinamento; e Lazaro Gonçalves de Oliveira - do emprego de cobrador para o de Auxiliar de Administração, a partir do dia primeiro do corrente;
4. No processo 03951/75:
   - Autorizar a promoção do funcionário Luiz Tavares da Silva - do emprego de Motorista para o de Guincheiro, a partir do dia 1º do mês em curso.

322a.(TRICENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA) REUNIÃO REALIZADA A 26 / 03 /76.

1. Processos 00245/76 e 00093/76:
   - Autorizar as promoções dos funcionários Paulo Pereira Teles - do emprego de Operador de Tráfego para o de Caixa; e Wellington Holanda de Lima - do emprego de Cobrador para o de Auxiliar de Administração, a partir de 1º de abril do corrente ano;
2. Processo 03392/75 - Autorizar a promoção do funcionários Dewilson Alves - do emprego de Borracheiro para o de Fiscal de Tráfego, a partir de 1º de abril do ano em curso;
3. No processo 00982/76:
   - Criar na Tabela de Empregos Permanentes, 05 (cinco) vagas do emprego de Fiscal de Tráfego, EP-10, com lotação na Gerência Comercial.
4. No O.I. Nº 056/76-SRH/DS:
   - Criar na Tabela de Empregos Permanentes, uma vaga do emprego de Auxiliar de Capotaria,EP-5, com lotação no Serviço de Recursos Humanos.
5. No O.I. Nº 019/76/SC/GF/DA:
   - Aprovar o Crédito Suplementar no valor de CR$. 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para reforço orçamentário em 4.1.3.00 - Equipamentos e Instalações, utilizando recurso proveniente da anulação de igual valor em 3.1.2.00 - Material de Consumo, tendo em vista a existência do amparo legal, conforme art. 27 § 1º, letras "a", "b" e "c" do Decreto 3097, de 22/12/75;
6. - Criar na Tabela de Empregos Permanentes 06(seis) vagas do emprego de Fiscal de Tráfego, EP-10, com lotação no Serviço de Operação de Trafego;
7. No processo 00712/76:
   - I - Autorizar a aquisição de 03 Toyotas sendo o pagamento efetuado com veículos novos;
   II - Autorizar a aquisição de um veículo novo marca DODGE DART SEDAN e um veículo novo marca CHEVROLET VERANEIO, modelo C-14 16;
   III - Referendar os entendimentos mantidos pelo Senhor Superintendente desta Sociedade com o Departamento de Estradas de Rodagem.
8. Nº AVULSO
   - I - Majorar em 30%(trinta por cento) os salários e vantagens pecuniárias atribuíveis em razão de cargo, função ou emprego, de todos seus servidores, a partir de 1º de março de 1976,incidindo o percentual supra, sobre os salários e vantagens vigentes;
   II - A majoração, ora concedida, será compensada quando, e se forem estabelecidos novos níveis salariais por força de decisão da Justiça do Trabalho em dissidio, conforme preceitua o art. 3º do Decreto-Lei nº 15, de 29/07/66, ratificado pelo Decreto-Lei nº 17, de 22/08/66, com base nos salários a partir de janeiro de 1975.
9. Transformação de ECs e Criação de vagas na TEC e TEP:
   - I - Transformar o EC relativo a Encarregado do Setor de Manutenção e Conservação de Ônibus de Aluguel em Encarregado de Conservação; Transformar o EC relativo a Encarregado do Setor de Operação de Ônibus de Aluguel em Encarregado de Operação, mantidos os mesmos níveis, de EC e as respectivas lotações, e ocupantes dos cargos;
   II - Criar, na TEC, com lotação na Gerência Comercial, um Cargo de Encarregado de Manutenção, Símbolo EC-8 e um Cargo de Encarregado de Controle, SímboloEC-8;
   III - Criar, na TEP, lotados na Gerência Comercial 04 (quatro) vagas de Servente, EP-01.
10. Aumento do Capital Social da Empresa:
   - I - Propor o aumento do Capital Social, que passará à seguinte proporção:

Governo do Distrito Federal...	CR$ 12.150.000,00
NOVACAP	CR$ 900.000,00
	CR$ 13.050.000,00

   II - Encaminhar a presente proposta ao Conselho Fiscal da Empresa, para deliberação, antes da reunião dos Sócios Cotistas.

INSTRUÇÕES DE DESIGNAÇÕES, PROMOÇÕES E ADMISSÕES NAS TABELAS DE EMPREGOS EM COMISSÕES E PERMANENTES DA SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA - TCB - DE ACORDO COM O CONSTANTE NOS PROCESSOS NÚMEROS: 00761/76, 02952/75, 01045/76, 02952/75, 01037/76, 01039/76, 01046/76, 1137/76, 2661/72, 01292/76, 1290/76 e 1221/76.

Designações:

26/04/76 - DESIGNAR Possidônio Souza, Operador de Tráfego, para exercer em comissão o emprego de Encarregado de Controle na Gerência Comercial da Superintendência desta Sociedade.

DESIGNAR Antonio Bitarello Netto, para exercer em comissão o emprego de Encarregado de Manutenção na Gerência Comercial da Superintendência desta Sociedade.

Promoções:

27/04/76 - De CARLOS VELOSO DOS SANTOS, da função de Cobrador para a de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00;

de FRANCISCO EDUARDO RAMALHO NETO, da função de Controlador de Tráfego para a de Operador de Tráfego.

Admissões:

02/04/76 - De JOÃO PEREIRA LEITE, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por José Felix da Cunha;
de JOSÉ DE JESUS MARTINS COSTA, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Flamarion Antonio de Araújo Costa.

05/04/76 - De EDILSON PEREIRA DA COSTA, na função de Ajudante de Eletricista, com o salário mensal de CR$... 900,00;
de JOSÉ ARLY FERREIRA DE MOURA, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00, na vaga deixada por Edielson Nogueira Venâncio;
de LAERTY GUEDES FILHO, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00, na vaga deixada por José Amélio da Silva Guerra;
de ALVINAR AMADOR DOS SANTOS, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00, na vaga deixada por Antonio Pereira da Silva;
de MANOEL ANASTÁCIO, na função de Motorista,com o salário mensal de CR$ 1.300,00, na vaga deixada por Alvaro José Mendonça;
de EUTROPIO DE SOUZA FREIRE, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00;
de GABRIEL MARCYO DE OLIVEIRA, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00;
de MOIZÉS BERNARDO DA COSTA, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00;
de GEOVÁ DA COSTA BRITO, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00;
de JOSÉ MORAES DE OLIVEIRA, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00;
de PAULO HUMBERTO RODRIGUES, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00, na vaga deixada por Francisco das Chagas Soares Juarez;
de LUIZ ROMÃO BATISTA, na função de Fiscal de Tráfego, com o salário mensal de CR$ 1.350,00;
de JOÃO COSTA DE OLIVEIRA, na função de Fiscal de Tráfego, com o salário mensal de CR$1.350,00.

06/04/76 - De JOSÉ MARIA SILVA ARAUJO, na função de Servente, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga

deixada por Aguinaldo Rego Nascimento;
de JOSÉ GERALDO DE ARAÚJO, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00;
de RAIMUNDO LOURINO NETO, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00.

07/04/76 - EDNE CASTRO VIANA, na função de Fiscal de Tráfego, com o salário mensal de CR$ 1.350,00;
de FRANCISCO DE ASSIS SOUSA, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Lourival Alexandre da Silva.

08/04/76 - De ARTUR DOURADO MATOS FILHO, na função de Fiscal de Tráfego, com o salário mensal de CR$.... 1.350,00;
WALFREDO MOREIRA LOPES, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por João Correia da Silva;
de LEÔNIDAS LEMES DA SILVA, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Francisco Torquato Alves;
de MANOEL LINO DA SILVA, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Lazaro Gonçalves de Oliveira;
de JOSÉ LUIZ LINO, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00;
de TEBURTINO LIMA DANTAS, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00, na vaga deixada por Reginaldo Rufino dos Santos;
de JOÃO ANTONIO NETO, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00.

09/04/76 - De CARLOS ROMEU TAVARES, na função de Fiscal de Tráfego, com o salário mensal de CR$ 1.350,00.

12/04/76 - De TEONEY ARAUJO GUERRA, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Geraldo Gonçalves de Oliveira;
de SIDINY DIOGO DA SILVA, na função de Cobrador com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Celio Ferreira Rosa;
de PAULO BARBOSA DE SOUSA, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00;
de JAMES LUIZ VIEIRA, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Joaquim Conde da Silva;
de GERSON LUZIA DA COSTA, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00.

13/04/76 - De JOÃO BATISTA DAS NEVES, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Francisco Ferreira de Souza;
de JOSÉ RAMOS DE SOUZA, na função de Servente, com o salário mensal de CR$ 600,00;
de ROBERTO EUSTÁQUIO DE CARVALHO, na função de Servente, com o salário mensal de CR$ 600,00;
de CICERO COIMBRA, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Edio Esteves.

14/04/76 - De JOSÉ RODRIGUES VIANA, na função de Servente, com o salário mensal de CR$ 600,00;
de JOSÉ PLÁCIDO LIMA, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por José de Ribamar dos Santos Gaioso;
de ANTONIO RODRIGUES DINIZ, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Roberto Heli Bernardes Ferreira;
de UMBERTO MARQUES DOS SANTOS, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Francisco Carneiro Ferreira.

19/04/76 - De RORISMAR PEREIRA DE SOUSA, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, vaga deixada por José Adeodato Marques Coelho;
de JOÃO NUNES RIBEIRO, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Jucelino Galdino da Silva;
de ELIAS SANTOS OLIVEIRA, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por João Zeferino Pessoa;
de AMARO CIRINO DE LIMA, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00, na vaga deixada por Elizeu Ferreira Graciano;
de ANTONIO JOSÉ ANDRADE PAIVA, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Arlindo Pinto Caldeira;
de JOSÉ INÁCIO DE ALVIM, na função de Servente, com o salário mensal de CR$ 600,00.

22/04/76 - De LUIS RODRIGUES DO NASCIMENTO, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$1.300,00;
de ANTONIO DAS GRAÇAS CARDOSO, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00, na vaga deixada por Angelo José Siqueira;
de JOSÉ MENDES DE MORAIS, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00;
de BENJAMIM PEREIRA DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00;
de ARAGUACY CASSIANO, na função de Servente, com o salário mensal de CR$ 600,00;
de JORCELINO PEREIRA DA SILVA, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Elias Furtado Laite;
de JOSÉ BELARMINO DOS SANTOS NETO, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Joarez da Cruz Cantanhede;
de FRANCISCO DAS CHAGAS C. DE SOUSA, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$800,00, na vaga deixada por José Emilio Assunção da Cruz
de GILBERTO DE AGNES RODRIGUES, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por João Ferreira Maximino.

26/04/76 - De DIRCEU SOARES DE SOUSA, na função de Aj. Mecânico, com o salário mensal de CR$ 1.170,00;
de JOÃO VIANA DOS REIS, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.690,00;
de JOSÉ MARIA MACÊDO CAVALCANTE, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.690,00;
de SEBASTIÃO DOS REIS CARVALHO, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1300,00;
de MURILO BASILIO DA SILVA, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.300,00, na vaga deixada por Olimpio Eugênio de Souza;
de EURIPEDES FRANCISCO DE AZEVEDO, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.690,00 na vaga deixada por José Fernandes de Lima;
de JUAREZ TAVARES DE ARAUJO, na função de Servente, com o salário mensal de CR$ 600,00, na vaga deixada por Eraldo Domingos da Silva
de VALDEVIR NERES, na função de Servente, com o salário mensal de CR$ 600,00, na vaga deixada por Ostruvaldo Gomes dos Santos;
de APARECIDO MATEUS RODRIGUES, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Horácio Justo Ferreira;
de ROGÊNIO DO CARMO MEDEIROS, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Elcy Fernandes da Silva.

27/04/76 - De SEBASTIÃO ROSA SANTIAGO, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Osias Rodrigues de Souza;
de JOSÉ PESSOA REGO DE ABREU, na função de Cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por João Leite de Arruda;
de VALDECIR PEREIRA DA SILVA, na função de cobrador, com o salário mensal de CR$ 800,00, na vaga deixada por Elzo Alves de Souza;
de ANTONIO TEIXEIRA BARBOSA, na função de Motorista, com o salário mensal de CR$ 1.690,00.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº. 171 DE 29 DE MARÇO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 142, VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2868, de 25.03.75, e o disposto no art. 2º. do Decreto nº. 2.266/73, e ainda o que consta do processo nº. 38/76 — Cad. Pol/DVC/SEP,

RESOLVE:

conceder à EMPRESA MORATO DE HOTEIS LTDA., proprietária do ARISTUS HOTEL, sito nesta Capital, no SHN 02 — Lote "O", REGISTRO PARA FUNCIONAR com hotel no presente exercício, "enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor".

O PRESENTE REGISTRO É VALIDO SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1976
Brasília, DF., 29 de março de 1976
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA Nº. 172 DE 29 DE MARÇO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 142, VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2868, de 25.03.75, e o disposto no art. 2º. do Decreto nº. 2.266/73, e ainda o que consta do processo nº. 39/76 - Cad. Pol/DVC/SEP,

RESOLVE:
conceder à Empresa HOTEIS REUNIDOS S/A. - HORSA, proprietária do HOTEL NACIONAL - Brasília, sito nesta Capital, no setor hoteleiro sul. lote nº. 01, REGISTRO PARA FUNCIONAR com hotel no presente exercício, "enquanto observadas as normas legias e regulamentares em vigor".

O PRESENTE REGISTRO É VALIDO SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1976

Brasília, DF., 29 de março de 1976
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel
Secretario de Segurança Pública

PORTARIA Nº 382 DE 14 DE JUNHO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2868, de 25.03.75 e o disposto no art. 2º do Decreto nº 2266/73, e ainda o que consta do processo nº 072/76 - Cad. Pol. /DVC/SEP,

RESOLVE:

conceder à firma individual AUGUSTINHA MOTA CRUZ, proprietaria do HOTEL CRUVINIL, sito a QI 01, lote 20 Setor Leste Gama - DF, REGISTRO PARA FUNCIONAR com hotel no presente exercicio, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.
O PRESENTE REGISTRO É VALIDO SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO/76.

Distrito Federal, 14 de junho de 1976

Cel ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE
Secretario de Segurança Pública
Substituto

PORTARIA Nº. 383, DE 15 DE JUNHO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º., do Decreto nº: 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº. 306/76 — SCDP/SEP,

RESOLVE:
conceder à firma NEVE MENDES DA SILVA, estabelecida na QNN 03, Conjunto "E", Lote 03, Ceilândia, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "SNOOKER", enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.
A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1977
Distrito Federal, 15 de junho de 1976
Cel - ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE
Secretário de Segurança Pública
- Substituto -

PORTARIA Nº.: 384 DE 15 DE JUNHO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2868, de 25 de março de 1975, e tendo em vista o que consta do Dossier nº. 1410/SAME,

RESOLVE:

conceder ao Senhor HIROJI HARAGUCHI, estabelecido à CNG 5 Lote 4 Taguatinga - DF, inscrito no GDF sob o número 07003443 - 5 e no Cadastro Geral do Contribuinte, do Ministério da Fazenda sob nº: 000|3037/000154, LICENÇA para comerciar com FOGOS DE ARTIFICIOS, de uso permitido, durante o exercício de 1976, enquanto observadas as disposições legais e regulamentares em vigor, sob a fiscalização do Serviço de Controle de Armas, Munições e Explosivos (SAME), de conformidade com o disposto no Art. 1º. do Decreto - Lei nº. 4.238, de 8 de abril de 1942 e no Regulamento para o Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Tráfego de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército (SFIDT), aprovado pelo Decreto nº. 55.649, de 28 de janeiro de 1965.

A PRESENTE PORTARIA É VALIDA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1976.

Distrito Federal, 15 de junho de 1976

Cel. ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE
Secretário de Segurança Pública do DF.
Substituto.

PORTARIA Nº.: 385, DE 15 DE JUNHO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º., do Decreto nº. 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº. 307/76 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

conceder à firma VANTUIR RODRIGUES DA SILVA, estabelecida na Quadra 13, CL - 14, Loja 05, Sobradinho, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "SNOOKER", enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1977

Distrito Federal, 15 de junho de 1976

CEL - ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE.
Secretário de Segurança Pública
- Substituto -

PORTARIA Nº.: 386, DE 15 DE JUNHO DE 1.976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º., do Decreto nº. 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº. 308/76 - SCDP/SEP,

RESOLVE:

conceder à firma JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA, estabelecida na QNM 22, Conjunto "C", Lote 01, Ceilândia, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "SNOOKER", enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1977

Distrito Federal, 15 de junho de 1976

Cel.- ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE.
Secretário de Segurança Pública
- Substituto -

PORTARIA Nº 390, DE 18 DE JUNHO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 310/76—SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma EUNICE DE OLIVEIRA CARRIJO, estabelecida na Quadra 03, Lote 07, Setor Sul Comercial, Gama, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "SNOOKER", no horário de 08:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1977.
Distrito Federal, 18, de junho de 1976
CEL— ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE
Secretário de Segurança Pública
Substituto

PORTARIA Nº 391, DE 18 DE JUNHO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 311/76—SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma JOSÉ LUIZ FERREIRA, estabelecida na QNM 26, Conjunto "A", Lote 45, Ceilândia, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "SNOOKER", enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.
A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1977
Distrito Federal, 18 de junho de 1976
CEL — ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE
Secretário de Segurança Pública
Substituto

PORTARIA Nº 392, DE 18 DE JUNHO DE 1.976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 2,934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 312/76—SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma LEONIDAS REIS, estabelecida na CRLN 706, Bloco "C", Loja 08, Plano Piloto, Distrito Federal, REGISTRO para funcionar com "SNOOKER", enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1977
Distrito Federal, 18 de junho de 1976
CEL— ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE
Secretário de Segurança Pública
Substituto

PORTARIA DE 14 DE JUNHO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º. do Decreto 1175, de 23 de setembro de 1969,

RESOLVE:
designar o Tenente BM OSEAS CABRAL, para compor Comissões Examinadoras de Trânsito do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 14 de junho de 1976
Cel ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE
Secretário de Segurança Pública do DF
- Substituto-

PORTARIA DE 14 DE JUNHO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICADA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto 2868/75, e tendo em vista o que preceitua o parágrafo 1º. do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, e ainda o que consta do processo nº. 122528/76,

RESOLVE:

designar os Médicos Legistas Drs. JOSÉ FELIPE DOS SANTOS, ISAAC BARRETO RIBEIRO e WILSON CAMPOS DE MIRANDA, para sob a presidência do primeiro, comporem Junta Médica OFTALMOLÓGICA, para examinar o senhor JOSÉ MACÁRIO FILHO, a fim de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.
litação.
Distrito Federal, 14 de junho de 1976
Cel - BM - ANTONIO SOLLERO
Secretário de Segurança Pública do DF
- Substituto -

PORTARIA DE 15 DE JUNHO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2868/75, e tendo em vista o que preceitua o parágrafo 1º do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Transito, e ainda o que consta do processo nº 122525/76,

RESOLVE:

designar os Médicos Legistas Drs. JOSÉ JOÃO COMINI, JOSÉ MARIA RODRIGUES DE MORAES e MILTON RODRIGUES DA PAIXÃO, para sob a presidencia do primeiro, comporem Junta Médica PSIQUIATRICA, para examinar o senhor OSVALDO RODRIGUES BONFIM, a fim de obtenção de Carteira Nacional de Habilitação.

Distrito Federal, 15 de junho de 1976

Cel ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE
Secretário de Segurança Pública
Substituto.

PORTARIA DE 21 DE JUNHO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuiçoes que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto 2868/75, e tendo em vista o que preceitua o parágrafo 1º do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, e ainda o que consta do processo nº 122621/76,
RESOLVE:
designar os Médicos Legistas Drs. JOSÉ FELIPE DOS SANTOS, WILSON CAMPOS DE MIRANDA E ISAAC BARRETO RIBEIRO, para sob a presidencia do primeiro comporem Junta Médica OFTALMOLÓGICA, para examinar o senhor SEBASTIÃO MOREIRA NEVES, a fim de obtençâo de Carteira Nacional de Habilitação.
Distrito Federal, 21 de junho de 1976
Cel. ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE
Secretário de Segurança Pública do DF
Substituto

PORTARIA DE 22 DE JUNHO DE 1976

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto 2868/75, e tendo em vista o que preceitua o parágrafo 1º do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, e ainda o que consta do processo nº 122527/76,
RESOLVE:
designar os Médicos Legistas Drs. EULER COSTA VIDIGAL, HÉLCIO LUIZ MIZIARA e MARCIO BAUM DI DOMENICO, para sob a presidencia do primeiro comporem Junta Médica ORTOPÉDICA, para examinar o senhor NELSON EVILASIO MEIRELES, a fim de obtensão de Carteira Nacional de Habilitação. Distrito Federal, 22 de junho de 1976
Cel. ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE
Secretário de Segurança Pública do DF
Substituto

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A, (EMBRATEL), OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO, PELA SEGUNDA PARA O PRIMEIRO, DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO TELEGRÁFICO, NA FORMA ABAIXO.

Aos 03 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Segurança Pública, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo Senhor AIMÉ ALCIBÍADES DA SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, militar residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Segurança Pública, conforme delegação de competência do Govefnador, expressamente exarada no Processo nº - - 120143/76 e, do outro, a EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A, doravante denominada simplesmente EMBRATEL, Sociedade de Economia Mista, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob o nº 33530486/000-29 com sede à Avenida Presidente Vargas, nº 1012-RIO DE JANEIRO, no ato representada pelo Senhor FERNANDO DA SILVEIRA MARTINS, brasileiro, casado, Chefe da Seção Comercial résolvem firmar o presente Contrato, mediante as seguintes Cláusulas CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, a EMBRATEL, na qualidade de concessionário dos serviços da Rede Nacional de Telex, compromete-se observadas as disposições legais e regulamentares, a prestar ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, serviço de instalação de equipamento telegráfico, a partir da existência das facilidades necessárias à ativação do equipamento e de manutenção do mesmo equipamento, a seguir discriminado: 01 (um) teleimpressor, modelo T2-BSN, nº de série 111168, 01 (um) reperfurador modelo T2-B-PF, nº de série 31.454, 01 (um) transmissor automático, modelo T2-B-Tf, nº de série 26.706 e 01 (um) teleconector, modelo CT-32-DU, nº de série 14.944, que compõe o Terminal de Telex nº 1460 instalado no SAS - Quadra 06 - Bl. "O" - 7º andar. CLÁUSULA SEGUNDA- O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, obriga-se a pagar à EMBRATEL, a título de assinatura mensal (sem franquia), conforme se trate de Assinatura Local ou Assinatura Distante (acima de 100 kms), uma tarifa cujo valor será fixado, em ato próprio pela autoridade ou órgão competente do Ministério das Comunicações. PARÁGRAFO ÚNICO - Além da tarifa mensal, o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, pagará tarifas variáveis, por minuto de utilização, escalonada em degraus, de 01 a 10, conforme distância geodésia (km), cujos valores serão os fixados em tabela oficial pela autoridade ou órgão competente do Ministério das Comunicações. CLÁUSULA [illegible]RA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, obr[illegible] pagar à EMBRATEL, pela prestação de serviços de manutenção do [illegible]nto instalado, o valor estimado anual de CR$. 48.000,00 (qua[illegible] e oito mil cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito [illegible]eral para o exercício de 1976, Lei nº 6.280, de 09 de dezembro de 1975, correndo à conta do Elemento: 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros, conforme Nota de Empenho nº 310/76, emitida pela Secretaria de Segurança Pública. CLÁUSULA QUARTA - O pagamento da prestação dos serviços ora contratados será realizado mensalmente, mediante a apresentação da competente fatura e a legislação de débito deverá ocorrer até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do vencimento da prestação do serviço. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, reconhece por este instrumento, o valor da assinatura das tarifas como Dívida Líquida e certa para os fins de cobranças executiva, nos Termo do Código de Processo Civil. PARÁGRAFO SEGUNDDO - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, se em débito com a EMBRATEL, não poderá com ela contratar mais serviços, até a completa liquidação da Dívida. PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de não cumprimento, pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, de qualquer dispositivo deste contrato, a EMBRATEL poderá suspender a prestação dos serviços, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo de cobrança dos serviços prestados. PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de cobrança judicial, o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, pagará à EMBRATEL, além das custas processuais, honorários advocatícios correspondentes a 20% (vinte por cento) sobre o montante da dívida. CLÁUSULA QUINTA - O equipamento telegráfico é de propriedade do DISTRITO FEDERAL, não exercendo a EMBRATEL, sobre o mesmo, qualquer direito de posse ou retenção, sendo de exclusiva responsabilidade do DISTRITO FEDERAL a aquisição de papel para o teleimpressor, de fichas impressoras de papel para perfuração, obedecidas as especificações da EMBRATEL. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL será identificado por um indicativo de chamada aprovado pela EMBRATEL. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A EMBRATEL poderá em qualquer época, por motivo de ordem técnica, modificar o número de chamada, mediante simples comunicação por escrito, feita previamente, em prazo nunca inferior a 15 (quinze) dias. PARÁGRAFO SEGUNDO - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, poderá solicitar a alteração do indicativo, cabendo à EMBRATEL proceder ao exame do pedido e julgar de sua conveniência técnica para posterior homologação se for o caso. CLÁUSULA SÉTIMA - A partir da ativação dos equipamentos, fica a manutenção sendo de competência exclusiva da EMBRATEL, vedada, desde logo, a interveniência de terceiros, que excluirá qualquer responsabilidade por serviços executados por pessoal não credenciado. CLÁUSULA OITAVA - A manutenção será I) preventiva, consistindo na execução de serviços periódicos de limpeza, lubrificação e ajustes cabendo à EMBRATEL, a fixação da periodicidade; II) corretiva, quando serão atendidos os chamados do DISTRITO FEDERAL, em decorrência de eventuais defeitos. PARÁGRAFO ÚNICO - Havendo necessidade de reposição de peças, a fornecimento será de responsabilidade da EMBRATEL, devendo seu preço ser pago integralmente pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública. CLÁUSULA NONA - A prestação de serviços de manutenção do Equipamento Telegráfico não inclui ligações, religações ou quaisquer outros serviços não discriminados no presente contrato. CLÁUSULA DÉCIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, obriga-se a receber o pessoal da EMBRATEL responsável pela instalação e manutenção dos equipamento, devendo tomar as providências administrativas que garantem o livre desempenho de suas atividades. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirão as atribuições contidas no artigo 12 e seguintes do Decreto 3.097, de 22 de dezembro de 1975, que aprova as Normas para execução Orçamentária e Financeira. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A EMBRATEL poderá em qualquer época, por motivo de ordem técnica, modificar, total ou parcialmente, peças, partes ou comprovantes necessários à manutenção, desde que as substituições cumpram as funções das anteriores e que não causem prejuízos ou danos ao uso dos equipamentos. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A EMBRATEL poderá bloquear e/ou desligar o circuito cuja linha será desconectada caso o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, não efetue o pagamento da assinatura e das tarifas variáveis na data assinalada, situação que persistirá até que efetue a quitada dívida, quando, então, ficará sujeito ao pagamento da Taxa de religação, caso o pagamento não ocorra dentro de 30 (trinta) dias o desligamento será definitivo, sem prejuízo da dívida existente. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prestação dos serviços poderá ser suspensas com aviso prévio de 30 (trinta) dias, por solicitação do DISTRITO FEDERAL. PARÁGRAFO SEGUNDO - A pedido do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, a EMBRATEL poderá bloquear o terminal de telex por prazo não superior a 90 (noventa) dias. Nessa hipótese, o DISTRITO FEDERAL deverá pagar a tarifa mínima em vigor CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Por motivo de interesse público ou de ordem técnica, poderá a EMBRATEL, a qualquer momento, suspender, provisória ou definitivamente, a prestação do serviço de telex e de manutenção do équipamento, sem que ao DISTRITO FEDERAL assista direito a qualquer indenização. Durante o período de desligamento, não haverá cobrança de serviço. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada da data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL, expirando em 31.12.76, sendo que seus efeitos retroagem a 01 de janeiro de 1976. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) AIMÉ ALCIBÍADES DA SILVEIRA LAMAISON; PELA EMBRATEL (as.) FERNANDO DA SILVEIRA MARTINS; TESTEMUNHAS (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e NANCY CARVALHO LIMA. EM TEMPO:

NO PREÂMBULO ONDE SE LÊ: Coronel AIMÊ ALCIBÍADES DA SILVEIRA LAMAISON; LEIA-SE: Coronel ANTONIO SOLLERO, brasileiro, casado, na qualidade de Secretário Substituto da Secretaria de Segurança Pública.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24 fls. 273/76 da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASILIA 14/06/1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Secção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.º SPRG - Chefe

V I S T O

Em, 14 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Pario
1.º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

TERMO DE TRANSAÇÃO

Aos 26 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº .. 29.027/75, e, do outro, o Senhor PEDRO MACHADO DA SILVA, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado à Quadra 303 Bloco "A" Apt9 402-SHCE/S, portador do CIC nº 126556191-53, resolvem firmar o presente TERMO DE TRANSAÇÃO, tendo por objeto resolver em termos definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente de tráfego do qual resultou a abalroação de um poste de iluminação pública, instalado no Eixo Monumental, próximo ao Ginásio de Esportes, ocorrido no dia 25 de abril de 1976, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O Senhor PEDRO MACHADO DA SILVA, aceita os termos desta Transação em todo o seu conteúdo, comprometendo-se a: I) não pleitear em Juízo quaisquer direitos referentes ao que foi objeto do presente Termo; II) aceitar o valor da indenização proposta pelo DISTRITO FEDERAL, no valor de Cr$ 6.758,40 (SEIS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E OITO CRUZEIROS E QUARENTA CENTAVOS), já acrescida dos juros legais e a ressarcí-la integralmente. PARÁGRAFO ÚNICO - A importância mencionada nesta Cláusula será paga ao DISTRITO FEDERAL, pelo Senhor PEDRO MACHADO DA SILVA, em 25 (VINTE E CINCO) prestações mensais e sucessivas, representadas por 25 (VINTE E CINCO) Notas Promissórias, sendo a primeira no valor de Cr$ 270,48 (DUZENTOS E SETENTA CRUZEIROS E QUARENTA E OITO CENTAVOS) e as 24 (VINTE E QUATRO) demais no valor de Cr$ 270,33 (DUZENTOS E SETENTA CRUZEIROS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS) cada, vencendo a primeira no dia 30 de junho de 1976 e a última no dia 30 de junho de 1978. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, aceita a presente composição em todos os seus termos e cláusulas, comprometendo-se a abrir mão de qualquer medida ou promoção no judiciário, em relação ao fato que deu origem a presente Transação. CLÁUSULA TERCEIRA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal que decorrerem do presente Termo serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA QUARTA - O Senhor PEDRO MACHADO DA SILVA, após total cumprimento das obrigações ora assumidas se compromete a retirar o aparelho abalroado, do depósito da Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB, no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual, fica a CEB autorizada a doar o material a instituição de caridade de sua livre escolha. CLÁUSULA QUINTA - Correrão por conta do Senhor PEDRO MACHADO DA SILVA, as despesas decorrentes da publicação do presente Termo no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL". CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília, DISTRITO FEDERAL, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; PELA PARTE (as.) PEDRO MACHADO DA SILVA; TESTEMUNHAS (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e NANCY CARVALHO LIMA.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24 fls. 238/39 da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASILIA 11/06/1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Secção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.º SPRG - Chefe

V I S T O

Em, 11 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Pario
1.º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

(G.R. Nº 091849 - CR$ 204,00)

TERMO DE OCUPAÇÃO DA PISCINA COBERTA DO CONJUNTO AQUÁTICO DO CENTRO DESPORTIVO "PRESIDENTE MEDICI" CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A CASA DO CANDANGO, PARA APRESENTAÇÃO DE UM SHOW ARTÍSTICO COM ROBERTO CARLOS, NO DIA 10 DE JUNHO DE 1976.

Aos 09 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Superintendência das Unidades Desportivas (AUD), presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor TAQUEGI KORESSAWA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, autorizado pelo artigo 3º, inciso I, Decreto nº 2.070, de 09 de [illegible]72, e, do outro, a CASA DO CANDANGO, doravante denominada OCUPANTE, aqui representada pela Senhora [illegible] HELLÊ [illegible] ROLLER, brasileira, casada, na qualidade de Presidente, residente e domiciliada nesta Capital, resolvem firmar o presente Termo de Ocupação, com fulcro no artigo 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento objetiva a ocupação da Piscina Coberta do Conjunto Aquático do Centro Desportivo Presidente Médici, pela OCUPANTE, no dia 10 de junho de 1976 para apresentação de um Show Artístico com ROBERTO CARLOS, promovido pela Barraca de Goiás. PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam excluídos da utilização a que se refere esta cláusula, os bares e as Tribunas de Honra e Especial. CLÁUSULA SEGUNDA - A OCUPANTE pagará ao DISTRITO FEDERAL, a título de Taxa de Ocupação a quantia de CR$. 7.680,00 (sete mil, seiscentos e oitenta cruzeiros). PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recolhimento da Taxa de Ocupação deverá ser efetuado, pela OCUPANTE, quando da assinatura do Termo de Ocupação, diretamente na Seção de Arrecadação I da Secretaria de Finanças do Distrito Federal. PARÁGRAFO SEGUNDO - A OCUPANTE será responsável ainda pelas despesas operacionais que compreendem: serviços de porteiro, bilheteiros, serventes, técnicos de som e iluminação que deverão ser pagos a terceiros. CLÁUSULA TERCEIRA - Serão de inteira responsabilidade da OCUPANTE os danos materiais que por acaso ocorrerem durante a ocupação, nos equipamentos de som, iluminação e mobiliário. CLÁUSULA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL não se responsabilizará por quaisquer acidentes, caso ocorram com os participantes do show. CLÁUSULA QUINTA - O não cumprimento, pela OCUPANTE, de qualquer das cláusulas deste Termo a obrigará ao pagamento de 85 (oitenta e cinco) Unidade Padrão de Capital - UPC, ao DISTRITO FEDERAL, a título de multa. CLÁUSULA SEXTA - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, decorrentes do presente ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa, e cobrados mediante execução, nos termos do Código Civil. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", à expensas da OCUPANTE, expirando após o integral cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contraídas. CLÁUSULA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes ja mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) TAQUEGI KORESSAWA; PELA OCUPANTE (as.) HELLÊ CAIADO DE CASTRO ROLLER; TESTEMUNHAS (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24 fls. 295/96 da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASILIA 10/06/1976

(G.R. Nº 091836 - CR$ 202,00)

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Secção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.º SPRG - Chefe

V I S T O

Em, 11 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Pario
1.º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

TERMO DE TRANSAÇÃO

Aos 18 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 29.027/75, e, do outro, o Senhor ANTONIO RÊGIS DA SILVA SANTOS, brasileiro, solteiro, Técnico de Eletrônica, portador do CIC nº.... 042 939 478, residente e domiciliado à SQN 312 Bloco K, apart. 203, nesta Capital, resolvem firmar o presente TERMO DE TRANSAÇÃO, tendo por objeto resolver em termos definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente de tráfego do qual resultou a abalroação de um poste de iluminação pública, instalado na Av. W/3 Norte, em frente a Q. 508, ocorrido no dia 3 de abril de 1976, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O Senhor ANTONIO RÊGIS DA SILVA SANTOS, aceita os termos desta Transação em todo o seu conteúdo, comprometendo-se a: I)-não pleitear em Juízo quaisquer direitos referentes ao que foi objeto do presente Termo; II-aceitar o valor da indenização proposta pelo DISTRITO FEDERAL, no valor de Cr$5.980,72 (CINCO MIL NOVECENTOS E OITENTA CRUZEIROS E SETENTA E DOIS CENTAVOS), já acrescida dos juros legais, e a ressarcí-la integralmente. PARÁGRAFO ÚNICO - A importância mencionada nesta Cláusula será paga ao DISTRITO FEDERAL, pelo Senhor ANTONIO RÊGIS DA SILVA SANTOS, em 25 (vinte e cinco) prestações mensais e sucessivas, representadas por 25 (vinte e cinco) Notas Promissórias, sendo a primeira no valor de Cr$ 239,44 (DUZENTOS E TRINTA E NOVE CRUZEIROS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS) e as 24 (vinte e quatro) demas no valor de Cr$ 239,22 (DUZENTOS E TRINTA E NOVE CRUZEIROS E VINTE E DOIS CENTAVOS), vencendo a primeira no dia 30 de junho de 1976 e a última no dia 30 de junho de 1978. CLÁUSULA SEGUNDA- O DISTRITO FEDERAL, aceita a presente composição em todos os seus termos e cláusulas, comprometendo-se a abrir mão de qualquer medida ou promoção no judiciário, em relação ao fato que deu origem a presente Transação. CLÁUSULA TERCEIRA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal que decorrerem do presente Termo serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA QUARTA- O Senhor ANTONIO RÊGIS DA SILVA SANTOS, após total cumprimento das obrigações ora assumidas se compromete a retirar o aparelho abalroado, do depósito da Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB, no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual, fica a CEB autorizada a doar o material a instituição de caridade, de sua livre escolha. CLÁUSULA QUINTA - Correrão por conta do Senhor ANTONIO RÊGIS DA SILVA SANTOS, as despesas decorrentes da publicação do presente Termo no órgão oficial "Distrito Federal".

CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; PELA PARTE: (as.) ANTONIO RÊGIS DA SILVA SANTOS. TESTEMUNHAS: (as.) BENILDE CARDOZO ROSA e (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24 fls. 193/94 da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASILIA 11/06/1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Secção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.º SPRG - Chefe

V I S T O

11 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Pario
1.º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

(G.R. Nº 091834 - CR$ 204,00)

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO EXÉRCITO E A SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA., COM A INTERVENIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTAÇÃO RECEPTORA, PELA SEGUNDA PARA O PRIMEIRO, EM ÁREA LOCALIZADA NO PARANOÁ, COMPREENDENDO OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, EDIFICAÇÕES, TRANSPORTE ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO; E INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES, ESTAS DE ACORDO COM O PROJETO TÉCNICO ELABORADO PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, NA FORMA ABAIXO.

Aos 14 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Diretoria de Obras Militares do Exército, presentes, de um lado, o MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, doravante denominado simplesmente MINISTÉRIO, no ato representado pelo Subchefe daquele órgão, General de Brigada da Arma de Engenharia, EDUARDO HENRIQUE ELLERY, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, no uso da competência delegada pela Portaria nº 01-DEC, de 23 de fevereiro de 1976, do Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações, e, do outro lado, a SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA., doravante denominada simplesmente SHIS, aquí representada pelo seu Diretor Superintendente e Diretor Técnico, respectivamente, Engenheiros DILSON CARLOS REHEM e LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS, brasileiros, o primeiro casado, o segundo desquitado, residentes e domiciliados nesta capital, com a interveniência do DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo seu Governador, Engenheiro ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, no uso da competência que lhe confere o Artigo 20, inciso XII, da Lei nº 3.751, de 12 de abril de 1960, resolvem firmar o presente convênio, com fulcro na Cláusula Terceira do "CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PARA PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES INTEGRANTES DO CONJUNTO "CEILÂNDIA II" - 1a. etapa E DE REFINANCIAMENTO PARA SUA COMERCIALIZAÇÃO, COM GARANTIAS HIPOTECÁRIA E SUPLEMENTAR", e seus Anexos I, II e III, celebrado entre o BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO e a SHIS, com a interveniência do DISTRITO FEDERAL, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objeto a construção, pela SHIS, para o MINISTÉRIO de uma Estação Receptora em área localizada no PARANOÁ, medindo 2.307.770,90m², correspondente aos Lotes nºs 4,5 e 11, compreendendo obras de infra-estrutura e edificações, obedecido o disposto no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1 967, regulamentado pelo Decreto nº 73.140, de 09 de novembro de 1 973, em consonância com os projetos, especificações, detalhes, cronograma da obra, elaborados pelo MINISTÉRIO, bem como com as normas internas da SHIS. CLÁUSULA SEGUNDA - Obriga-se, ainda, a SHIS, a prestar serviços necessários de transporte especializado de equipamentos e mobiliários, e de instalações de telecomunicações, estas de acordo com o Projeto Técnico elaborado pelo MINISTÉRIO. CLÁUSULA TERCEIRA - Fica a SHIS autorizada, ouvido o MINISTÉRIO previamente, sem prejuízo do que estabelecem as Cláusulas Primeira e Segunda deste instrumento a transferir a execução das obras e serviços a terceiros, podendo, para tanto, realizar licitações, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento das obrigações estipuladas, na conformidade do Decreto-Lei nº 200/67 e do Decreto 73.140/73. PARÁGRAFO ÚNICO - Dependendo do custo obtido pela SHIS nas licitações, o valor fixado na Cláusula Quinta deste convênio, poderá ser alterado, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo. CLÁUSULA QUARTA - As obras de infra-estrutura e as edificações referidas na Cláusula Primeira deste ajuste, deverão ser semelhantes às atuais, existentes em GUARIROBA, obrigando-se a SHIS a promover, junto aos órgãos competentes do DISTRITO FEDERAL, sem ônus para o MINISTÉRIO, a demarcação da área escolhida no PARANOÁ e descrita na Planta nº 022/76, bem como a sua transferência para o patrimônio da União (jurisdição do MINISTÉRIO), através de instrumento próprio. CLÁUSULA QUINTA - Importa o presente convênio em Cr$ 9.000.000,00 (NOVE MILHÕES DE CRUZEIROS), valor este relativo ao custeio total das obras e serviços objeto do presente convênio. PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos a que se refere esta cláusula são procedentes do Contrato de Empréstimo mencionado no preâmbulo deste convênio, cujo ANEXO I estipula que a primeira fase do Projeto Global consistirá de "a) terreno; b) remoção de equipamentos; c) infraestrutura básicas". CLÁUSULA SEXTA - A SHIS fica obrigada a apresentar ao MINISTÉRIO, através da Diretoria de Obras Militares, caso ocorra a hipótese prevista na Cláusula Terceira, cópias dos contratos que vier firmar com terceiros, no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua assinatura. CLÁUSULA SÉTIMA - O MINISTÉRIO obriga-se a liberar imediatamente a área que ora ocupa, em GUARIROBA, imediatamente após a conclusão de todas as obras e serviços aquí avençados, a fim de que a SHIS possa dar iní-

cio à implantação de novo núcleo habitacional naquela área. CLÁUSULA OITAVA - AO MINISTÉRIO e à SHIS, conjuntamente, incumbirá fiscalizar a execução do presente convênio, devendo o primeiro, quando necessário e oportuno, dirigir-se à Diretoria Técnica da segunda, sempre por escrito. CLÁUSULA NONA - Este instrumento poderá ser prorrogado, renovado, alterado, aditado ou denunciado, de comum acordo, devendo a parte interessada manifestar-se, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias. CLÁUSULA DÉCIMA - A rescisão será automática e independente de notificação judicial ou extrajudicial, quando uma das partes se tornar inadimplente. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O prazo do presente instrumento é de oito (8) meses, contado de sua publicação em órgão oficial. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO MINISTÉRIO (as.) EDUARDO HENRIQUE ELLERY; PELA SHIS: (as.) DILSON CARLOS REHEM e (as.) LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS; PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) ELMO SEREJO FARIAS; TESTEMUNHAS: (as.) BENILDE CARDOZO ROSA e (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.

BRASILIA 22 / 06 / 1976

CERTIDÃO

bcr/

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.o 22 de 95/97 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

VISTO:

Em, 22 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Lyrio
1º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

TOMADA DE PREÇOS Nº TP – 018/76 - CAESB PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTOR – BOMBAS.

Chamamos a atenção dos interessados para a Tomada de Preços nº TP- 018/76-CAESB, para aquisição de conjunto motor-bombas destinados ao Reservatório junto à Estação de Tratamento de Água de Taguatinga, que a Companhia de Água e Esgotos de Brasília, fará realizar às 10:00 horas do dia 16 de julho de 1.976, no 2º andar do seu Edifício- Sede, no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nºs 67 a 97, em Brasília - Distrito Federal.

O Edital, as especificações e as normas referentes à licitação em tela, poderão ser adquiridos no Serviço de Comunicações e Arquivo, na sobre - loja do Edifício Sede da CAESB, e quaisquer informações adicionais a respeito do Edital serão prestadas na Seção de Concorrencia 2º andar do mesmo Edifício.

Brasília, 28 de junho de 1.976
ENGº NEI JAPUR
Presidente da Comissão de Licitações

LEGISLAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Treze volumes contendo decretos de 1960 a 1973

Para assinatura
4a. Subprocuradoria Geral -

Edifício Brasília, 8º andar - D.F. - 70,000

Informações: Divisão de Legislação e Assuntos da Administração Indireta

Tel. 23-5047

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

L I C I T A Ç Ã O P Ú B L I C A
EDITAL Nº 05/76 - IMÓVEIS

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, torna público que realizará no dia 30 de junho de 1.976, em seu Edifício Sede, situado neste Capital, Setor de Autarquias Sul - Quadra 06 - Edifício ASCB, CONCORRÊNCIA PARA VENDA DOS LOTES com preços mínimos fixados pelo Conselho de Administração da Comapnhia, a seguir especificados:

A - PLANO PILOTO

ITEM	SETOR	QUADRA OU TRECHO	LOTE OU PROJEÇÃO	ÁREA-M2	DESTINAÇÃO	PREÇO MÍNIMO - Cr$.
01	SHI/SUL	T. 01	CH - 75	9.600,00	Residência	890.000,00
02	SHI/SUL	QL.B/7	L. 03	833,30	Residência	170.000,00
03	SHI/SUL	QI.9/09	L. 04	776,00	Residência	90.000,00
04	SHI/SUL	QI.10/1	L. 14	776,00	Residência	85.000,00
05	SHI/SUL	QL.B/6	L. 12	699,90	Residência	145.000,00
06	SHI/SUL	QL.6/1	L. 08	766,60	Residência	135.000,00
07	SRE/SUL	-	L. 13-Bl.D	90,00	Comércio	150.000,00
08	SQ/SUL	Q. 402	P. 05	784,00	Residência	2.000.000,00
09	SQ/SUL	Q. 202	P. 10	784,00	Residência	3.600.000,00
10	SQ/SUL	Q. 202	P. 11	784,00	Residência	3.600.000,00
11	SHI/NORTE	QI.5/08	L. 14	776,00	Residência	70.000,00
12	SCL/NORTE	Q. 106	L. 06	676,00	Comércio	1.700.000,00
13	SCL/NORTE	Q. 106	L. 08	676,00	Comércio	1.700.000,00
14	SCL/NORTE	Q. 107	L. 01	676,00	Comércio	1.700.000,00
15	SCL/NORTE	Q. 107	L. 03	676,00	Comércio	1.700.000,00
16	SCL/NORTE	Q. 407	L. 01	676,00	Comércio	1.400.000,00
17	SCLR/NORTE	Q.703/704-Tipo EC-2A-Bl.07	L. 13	48,00	Com/Residência	170.000,00
18	SCLR/NORTE	Q.703/704-Tipo EC-2A-Bl.01	L. 03	48,00	Com/Residência	170.000,00
19	SCLR/NORTE	Q.705/706-Tipo EC-2A/EA3 Bl. 02	L. 19	86,45	Com/Residência	233.000,00
20	SHCG/NORTE	Q.704-Tipo EA-5 - Bl. 08	P. 08	683,50	Residência	1.400.000,00
21	SC/NORTE	Q. CN-2	P."D"	6.400,00	Comércio	18.500.000,00
22	SGO	Q. 03-C/L	L. 01	66,75	Comércio	120.000,00

A - PLANO PILOTO

ITEM	SETOR	QUADRA OU TRECHO	LOTE OU PROJEÇÃO	ÁREA-M2	DESTINAÇÃO	PREÇO MÍNIMO - CR$
23	SGO	Q. 03-C/L	L. 02	60,00	Comércio	110.000,00
24	SGO	Q. 03-C/L	L. 03	60,00	Comércio	110.000,00
25	SGO	Q. 03-C/L	L. 04	60,00	Comércio	110.000,00
26	SGO	Q. 03-C/L	L. 05	60,00	Comércio	110.000,00
27	SIG	Q.03-Bl."C"-C/L	L. 42	90,00	Comércio	140.000,00
28	SIG	Q.03-Bl."C"-C/L	L. 38	90,00	Comércio	140.000,00
29	SIA	T. 06	L.85/95	2.000,00	Ind/Abastecimento	850.000,00
30	SIA	Q. 4-C-C/L	L. 09	90,00	Comércio	270.000,00
31	SIA	Q. 4-C-C/L	L. 13	97,50	Comércio	340.000,00

B - GUARÁ

32	SRIA	QI-05	P."E"	910,00	Residência	1.380.000,00
33	SRIA	QI-16-Bl."B"	L. 05	120,00	Comércio	130.000,00
34	SRIA	QI-18-Bl."B"	L. 11	90,00	Comércio	105.000,00

C - SOBRADINHO

35	-	Q.04-Conj."D"	L. 09	350,00	Residência	35.000,00
36	-	Q.04-Conj."D"	L. 33	350,00	Residência	35.000,00
37	-	Q.04-Conj."D"	L. 35	350,00	Residência	35.000,00
38	-	Q.04-Conj."D"	L. 37	350,00	Residência	35.000,00
39	-	Q.04-Conj."D"	L. 39	350,00	Residência	35.000,00

D - PLANALTINA

40	LESTE RESIDENCIAL	Q.01-Conj."L"	L. 04	160,00	Residência	10.500,00
41	LESTE					

	RESIDENCIAL	Q.02-Conj."K"	L. 01	160,00	Residência	10.500,00
42	LESTE RESIDENCIAL	Q.02-Conj."K"	L. 03	160,00	Residência	10.500,00
43	LESTE RESIDENCIAL	Q.02-Conj."Q"	L. 01	160,00	Residência	10.500,00
44	LESTE RESIDENCIAL	Q.02-Conj."Q"	L. 02	160,00	Residência	10.500,00

E - TAGUATINGA

45	CNC	Q. 02	L. 05	140,00	Comércio	150.000,00
46	QNL	Q. 03-Bl."A"	P. 01	294,00	Residência	60.000,00
47	QNL	Q. 03-Bl."B"	P. 02	1.470,00	Residência	175.000,00
48	QNJ	Q. 58	P. 05	1.470,00	Residência	175.000,00

A concorrência reger-se-á pelas condições deste Edital.

I - DA CAUÇÃO

1. - A caução é de valor equivalente a três por cento (3%) sobre o preço mínimo do lote. A guia própria acha-se à disposição dos interessados não só em todas as Agências do Banco Regional de Brasília em seu horário de expediente como também na Tesouraria do Edifício Sede da TERRACAP. Individualizada para cada item, seu preenchimento em máquina de escrever será efetuado em quatro (04) vias, sendo que duas (02), depois de recibadas pelo Banco, serão devolvidas ao caucionante que as utilizará, uma, para instruir sua proposta e, a outra, para requerer a devolução da caução, após o julgamento e decisão da Concorrência, não sendo ele o vencedor. O valor do depósito deverá ser feito até às 16,00 horas do dia 28 de junho de 1.976, durante o expediente do Banco indicado, sendo que, quando em espécie, em qualquer Agência do Banco Regional de Brasília, ou, quando em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) ou Letras do Tesouro Nacional (LTN), na Agência Central do mesmo Banco, Edifício Sede, 2º andar, Departamento de Open Market.

2. - O licitante vencedor poderá aproveitar o valor da caução, quando em espécie, para pagamento de parte da parcela correspondente ao sinal e princípio de pagamento do preço do lote.

3. - O licitante vencedor perderá o valor da caução em favor da TERRACAP, nos casos previstos neste Edital, pelo que renuncia desde já ao seu valor.

4. - Os licitantes não vencedores, após o julgamento e decisão da Concorrência, terão o valor da caução devolvido mediante requerimento dirigido ao Diretor Administrativo e Financeiro da TERRACAP que seja acompanhado da primeira via da guia própria fornecida pelo Banco na forma do tópico nº um (1) acima.

II - DAS PROPOSTAS

5. - As propostas deverão ser individualizadas para cada item. Cada uma deverá ser colocada em envelope lacrado. Cada interessado licitante poderá concorrer a mais de um (1) item desde que efetive individualmente o recolhimento da caução no Banco. Em cada envelope lacrado deverá constar datilografado na parte de fora o nome do concorrente sem mencionar o item a que concorre.

6. - As propostas deverão ser apresentadas devidamente datadas e assinadas pelos interessados licitantes ou seu(s) procurador(es) outorgado(s) por instrumento público cartorário no período de oito (08) às nove (09) horas do dia 30 de junho de 1.976.

7. - Sob pena de nulidade e consequente desclassificação do interessado licitante as propostas instruídas com uma das vias da guia própria de recolhimento da caução, devem ser apresentadas de modo claro, sem entrelinhas, ressalva ou rasuras, contendo:

7.1 - nome(s), endereço(s) e domicílio(s), completos, do(s) proponente (s);

7.2 - discriminação do lote a que concorre(m);

7.3 - preço oferecido em algarismo e por extenso;

7.4 - modalidade de pagamento;

a) à vista, ou

b) a prazo, devendo neste caso, o licitante, especificar a quantia relativa ao sinal e princípio de pagamento bem como o prazo para quitação do saldo devedor, respeitadas as condições mínimas previstas no tópico nº 17 deste Edital;

7.5 - data completa e assinatura própria, ou do procurador devidamente constituído.

8. - As propostas serão abertas a partir das nove e trinta (09,30) horas do dia 30 de junho de 1.976, pela Comissão de Licitação, que as classificará.

9. - Serão recusadas antes da abertura, as propostas dos licitantes que até o dia útil anterior não quitarem seus débitos em atraso com a TERRACAP.

10. - Em caso de empate dois (02) ou mais concorrentes em relação a qualquer item ser-lhes-á facultado apresentar propostas aditivas, num prazo de até DUAS HORAS após a constatação do evento, cujo início e término será fixado pelo Sr. Presidente da Comissão de Licitação. Persistindo o empate, ou havendo recusa expressa, formal e testemunhada dos licitantes empatados em apresentar propostas aditivas e dispensado pelo mesmo o prazo de duas (02) horas, a classificação se dará, no ato, por sorteio realizado pela Comissão de Licitação.

III - DO JULGAMENTO

11. - Por meio de relatório, a Comissão de Licitação encaminhará as propostas, os resultados da classificação e as impugnações, se houver, submetendo-as à apreciação da DIRETORIA COLEGIADA, a quem competirá decidir sobre a CONCORRÊNCIA e declarar o vencedor correspondente a cada item licitado, o que será feito num prazo de até dois (02) dias após o encerramento da Concorrência.

12. - Será declarada vencedora a proposta que apresentar a maior oferta acima do preço mínimo (Art. 7º da Resolução 06/73), prevalecendo, em caso de empate, a proposta para pagamento à vista sobre a proposta para pagamento a prazo.

13. - É permitido ao licitante, se assim lhe aprouver, impugnar, por escrito, perante a Comissão de Licitação, a proposta de outrem, no ato da abertura e classificação das propostas.

14. - A decisão da Comissão de Licitação, no caso do tópico anterior, estará sempre sujeita, independentemente de solicitação do impugnante ou do impugnado, à apreciação e a julgamento pela Diretoria Colegiada.

15. - A proclamação dos vencedores, pela Diretoria Colegiada, será considerada definitiva, não cabendo contra ela nenhum recurso.

16. - A Diretoria Colegiada da TERRACAP reserva-se no direito de anular, total ou parcialmente, por conveniência administrativa, a presente Concorrência, sem que com isso caiba aos licitantes o direito a indenização ou reclamação de qualquer espécie, exceto quanto a devolução da caução que será feita mediante prévio requerimento dirigido ao Senhor Diretor Administrativo e Financeiro.

IV - DO CONTRATO

17. - Proclamado o vencedor, na forma do previsto no tópico número onze (11) deste Edital, será expedido ao mesmo, pela Companhia, OFÍCIO DE COMUNICAÇÃO.

Do recebimento comprovado começará a correr para ele, vencedor, o prazo total de trinta (30) dias para completar a lavratura da escritura definitiva, obedecidas as seguintes etapas:

I - no decorrer dos quinze (15) primeiros dias, corridos, deverá:

A) - indicar, por escrito, o Ofício do Cartório de Notas que lavrará a predita escritura;

B) - recolher na Tesouraria da TERRACAP, o valor compromissado para pagamento à vista, de uma só vez, ou o valor percentual equivalente ao sinal e princípio de pagamento indicado na PROPOSTA VENCEDORA que neste caso de pagamento a prazo não poderá ser inferior a trinta por cento (30%);

C) - de posse do comprovante do pagamento a que se refere a alínea anterior (letra B), providenciar, por intermédio do Cartório antes indicado, a retirada da minuta de escritura fornecida pela TERRACAP, na qual é indispensável conter:

1 - obrigação do comprador de apresentar à TERRACAP, dentro de cento e vinte (120) dias, contados da data da escritura as plantas definitivas e cronograma físico-financeiro da obra;

2 - obrigação do comprador de terminar a construção, comprovadamente (através de apresentação à TERRACAP do "HABITE-SE"), no prazo de trinta (30) meses, contados da data da escritura;

3 - cláusula resolutiva expressa - RETROVENDA -, a ser exercida no caso de inadimplemento do comprador, com relação às obrigações supra estipuladas;

4 - no caso de atraso no pagamento das prestações, estas serão cobradas com o acréscimo da multa de dez por cento (10%) sobre o valor das mesmas (§ 2º - Art. 5º - Res. 06/73).

II - Nos quinze (15) dias corridos restantes, deverá o interessado vencedor diligenciar, junto ao Cartório, as medidas necessárias para a lavratura da escritura.

Quanto aos prazos referidos no tópico número dezessete (17) aqueles que se vencerem em sábados, domingos, feriados e dias similares ficarão prorrogados até o primeiro dia útil.

18. - O licitante vencedor do item cujo lote for licitado sob pagamento a prazo obedecerá as seguintes condições:

18.1 - no ato da entrega da minuta da escritura, um mínimo de trinta por cento (30%), como sinal e princípio de pagamento;

18.2 - o saldo devedor, em até trinta (30) prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira trinta (30) dias após o cumprimento da obrigação do subtópico "18.1", acrescidas dos juros de seis por cento (6%) ao ano, aplicando-se sobre o saldo devedor a correção monetária, de acordo com os índices das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

19. - Todas as despesas decorrentes da presente licitação para venda de lotes de propriedade da TERRACAP, a partir da proclamação do vencedor, incluindo-se as cartoriais e a dos impostos incidentes, correrão por conta do interessado.

V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20. - O interessado na licitação pública que posteriormente ao depósito caucionado, em tempo hábil, não apresentar propostas ou apresentá-las sob valor igual ou inferior ao preço

mínimo estabelecido neste Edital, perderá vinte por cento (20%) do valor depositado, renunciando a partir dessa atitude em favor da TERRACAP quanto ao valor assim encontrado.

21.- Após apresentada a proposta à Comissão de Licitação, não poderá mais haver desistência por parte do interessado licitante e sua proposta será submetida a classificação e julgamento. Se houver desistência do licitante que for proclamado vencedor na forma do tópico nº onze (11) deste Edital perderá o mesmo o valor depositado a título de caução e o imóvel do item licitado somente poderá ser vendido por meio de nova licitação. Outros casos de desistência ou anulação de propostas, e ou, propósitos não previstos neste Edital serão apreciados e instruídos pela Comissão de Licitação para serem julgados e decididos pela Diretoria Colegiada, ou simplesmente por esta se anteriores ao início da hora marcada no tópico nº seis (06) deste Edital.

22.- O não cumprimento ao prazo estabelecido no Inciso I, Letras A, B, C, do tópico nº dezessete (17) deste Edital, implicará em plena renúncia por parte do vencedor proclamado em favor da TERRACAP do valor da caução depositada para o item licitado cujo imóvel só poderá ser vendido por meio de nova licitação.

23.- O não atendimento ao disposto no Inciso II do tópico nº dezessete (17) deste Edital será considerado como arrependimento, por parte do licitante vencedor, que perderá em favor da TERRACAP, além do valor caucionado, sendo o caso, a importância correspondente ao sinal e princípio de pagamento, na forma dos artigos 1.095 e 1.097 do Código Civil Brasileiro. O imóvel objeto desse item só poderá ser vendido por meio de nova licitação.

24.- Nas Licitações Públicas realizadas pela TERRACAP não poderão participar, como caucionante ou proponentes licitantes, seus servidores, seus Diretores, os membros da Comissão de Licitação e os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia.

FAZ SABER, desde já aos caucionantes e proponentes, que a efetuação do depósito como caução e a apresentação de propostas implica em pleno conhecimento das condições deste Edital, da Resolução nº 06, de 12.09.73 e as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 15/74, de 28.01.74 e nº 19/75 de 29.01.75, todas do Conselho de Administração da TERRACAP, às quais se sujeitarão.

Brasília, 14 de junho de 1.976.

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

RAUL SOARES DA SILVEIRA
Diretor Comercial

JOÃO ALVES HOMAR
Diretor Imobiliário

JOIR DA SILVA MARTINS BRASILEIRO
Diretor Administrativo e Financeiro

PROPOSTA

NOME

ENDEREÇO

LOTE PRETENDIDO ITEM

PREÇO OFERECIDO (por extenso)

CR$ _____ (_____

_____

_____)

MODALIDADE DE PAGAMENTO

À VISTA ☐

À PRAZO ☐ ____% (_____) DE ENTRADA

____% (_____) EM ____(____ MESES

OBSERVAÇÕES

BRASÍLIA, ____ DE _____ DE 1976

_____
Assinatura do proponente

RESSALVAS QUE DEVERÃO CONSTAR DO RODAPE DO AVISO DO EDITAL Nº 5

1 - O EDITAL se encontra a disposição dos interessados na Sede da Empresa, no andar Térreo - Edifício ASCB (Setor de Autarquias Sul - Bloco "L", Quadra 06),, Portaria da TERRACAP.

2 - A CAUÇÃO é de valor equivalente a 3% (três por cento) sobre o preço mínimo do lote. As Guias de Recolhimento podem ser encontradas em qualquer Agência do Banco Regional de Brasília S/A - BRB e, também, na Tesouraria da TERRACAP, localizada no 1º subsolo do Edifício ASCB.

3 - A CAUÇÃO deverá ser depositada, improrrogavelmente, até as 16:00 hs do dia 28 de junho de 1 976.

4 - AS PROPOSTAS serão apresentadas na Sede da Empresa - Edifício ASCB - 1º andar, no período de 08:00 às 09:00 hs do dia 30 de junho de 1 976.

5 - O FORMULÁRIO PADRÃO DA PROPOSTA se encontra anexo ao Edital. Demais exemplares se acham à disposição dos interessados no 3º andar - Edifício ASCB.

6 - OS IMÓVEIS constantes dos ITENS nºs. 08, 09, 10 e 20 são destinados a construção de Blocos de apartamentos sendo que o item nº 08, é composto de 03 (três) pavimentos, os itens 09 e 10, 06 (seis) pavimentos e o item 20, 02 (dois) pavimentos, todos sobre pilotis.

7 - O IMÓVEL caracterizado no ITEM 21 se destina a construção de um Edifício para fins Comerciais com 35.000,00m2 de taxa de construção e altura até 48,00m, sendo que o térreo e 1º pavimento com finalidade específica para comércio e os andares superiores para escritório.

8 - OS IMÓVEIS relacionados nos ITENS 22 a 26 se localizam nas proximidades do Palácio do Buriti, bem como de vários Órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal (DETRAN, INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS, CORPO DE BOMBEIROS, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, etc.) e se destinam a COMÉRCIO LOCAL.

OBS: Nas publicidades relativas ao presente Edital em Televisão e Rádio, lembramos que não deve ser mencionado como Sede da Empresa EDIFÍCIO OCIDENTAL e sim EDIFÍCIO ASCB.